

REGULAMENTO DO
CAPITÂNIA YIELD SÊNIOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ nº 66.578.726/0001-14

O **CAPITÂNIA YIELD SÊNIOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA**, constituído sob a forma de condomínio de natureza especial, nos termos da Resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, da Resolução CVM 175, de 23 de dezembro de 2022 ("Resolução CVM 175"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido por este Regulamento.

1. GLOSSÁRIO

1.1 Os termos e expressões utilizados neste Regulamento, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos nesta cláusula 1, aplicáveis tanto no singular quanto no plural:

"Acordo Operacional"

"Acordo Operacional para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios" celebrado entre os Prestadores de Serviços Essenciais.

"Administradora"

BANCO DAYCOVAL S.A., instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, na categoria de administrador fiduciário, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 17.552, de 5 de dezembro de 2019, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.793, Bela Vista, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ sob o nº 62.232.889/0001-90, ou a sua sucessora a qualquer título.

"Agência Classificadora de Risco"

Agência classificadora de risco registrada na CVM, que pode ser contratada pela Gestora, em nome do Fundo, para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas, se for o caso.

"Alocação Mínima"

Percentual mínimo de 67% (sessenta e sete por cento) do Patrimônio Líquido a ser mantido em Cotas Investidas de fundos de investimento em direitos creditórios, conforme definido pelo CMN e pela CVM.

"ANBIMA"

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

"Anexo Normativo II"

Anexo Normativo II, da Resolução CVM 175, que disciplina os fundos de investimento em direitos creditórios.

"Anexo"

Anexo descritivo da Classe, o qual será parte integrante do Regulamento.

"Apêndices"

Apêndices descritivos da Subclasse Sênior e da Subclasse Subordinada.

"Assembleia de Cotistas"

Assembleia geral ou especial de Cotistas, ordinária ou extraordinária.

"Ativos Financeiros de Liquidez"

Ativos financeiros que poderão integrar a carteira da Classe, conforme definidos no item 6.3 do Anexo.

"Auditor Independente"	Empresa de auditoria independente registrada na CVM contratada pela Administradora, em nome do Fundo, para prestar os serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Fundo.
"B3"	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, conforme o caso.
"BACEN"	Banco Central do Brasil.
"Classe"	Classe única de Cotas, sendo certo que como o Fundo é constituído com uma classe única de Cotas, todas as referências à Classe no Regulamento serão entendidas como referências ao Fundo e vice-versa.
"CMN"	Conselho Monetário Nacional.
"Cotas Investidas"	Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios que poderão integrar a carteira da Classe, observados os Critérios de Elegibilidade previstos na cláusula 8.1 do Anexo.
"Cotas Seniores"	Cotas da Subclasse Sênior, que não se subordinam a qualquer outra subclasse para efeitos de amortização e resgate, observado o disposto no Anexo.
"Cotas Subordinadas"	Cotas da Subclasse Subordinada, que se subordinam às Cotas da Subclasse Sênior para efeitos de amortização e resgate, observado o disposto no Anexo.
"Cotas"	As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto e indistintamente.
"Cotista"	Titular das Cotas devidamente inscrito no registro de cotistas do Fundo e que fará jus ao recebimento de qualquer valor devido nos termos desse Regulamento, que seja(m) cotista(s) ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data do pagamento, compreendendo os titulares de Cotas.
"Critérios de Elegibilidade"	Critérios de elegibilidade das Cotas Investidas, definidos no item 8.1 do Anexo.
"Custodiante"	BANCO DAYCOVAL S.A. , instituição financeira devidamente autorizada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 1.085, de 30 de agosto de 1989, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.793, Bela Vista, CEP 01311-200, inscrita no CNPJ sob o nº 62.232.889/0001-90, ou o seu sucessor a qualquer título.
"CVM"	Comissão de Valores Mobiliários.
"Data da 1ª Integralização"	Data da 1ª (primeira) integralização de Cotas.
"Data de Início do Fundo"	Data da 1ª (primeira) integralização de Cotas.

"Demais Prestadores de Serviços"	Prestadores de serviços contratados pela Administradora ou pela Gestora, em nome do Fundo, nos termos da cláusula 4 do Anexo.
"Dia Útil"	Cada dia útil, para fins de operações praticadas no mercado financeiro, conforme especificado na Resolução CMN nº 4.880, de 23 de dezembro de 2020.
"Disponibilidades"	Recursos em caixa ou Ativos Financeiros de Liquidez.
"Entidade de Investimento"	O Fundo conforme declarado pela Gestora na estruturação, tendo em vista a discricionariedade da Gestora para tomar as decisões relacionadas à composição da carteira do Fundo, na forma do disposto na Resolução CMN nº 5.111, de 21 de dezembro de 2023.
"Eventos de Avaliação"	Eventos definidos no item 16.3 do Anexo cuja ocorrência enseja a imediata convocação da Assembleia de Cotistas para deliberar se tais eventos constituem Eventos de Liquidação.
"Eventos de Liquidação"	Eventos definidos no item 16.4 do Anexo cuja ocorrência enseja a imediata convocação da Assembleia de Cotistas para deliberar sobre a interrupção dos procedimentos de liquidação da Classe ou o plano de liquidação elaborado pelos Prestadores de Serviços Essenciais.
"Eventos de Verificação do Patrimônio Líquido"	Eventos definidos no item 15.1 do Anexo cuja ocorrência enseja a imediata verificação, pela Administradora, se o Patrimônio Líquido está negativo.
"Fundo"	CAPITÂNIA YIELD SÊNIOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA.
"Gestora"	CAPITANIA CAPITAL S/A. , sociedade devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, na categoria de gestor de recursos, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 19.133 de 01 de outubro de 2021, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, Edifício Torre Norte, Andar 3, Conjunto 31, Jardim Paulistano, CEP 01.452-002, inscrita no CNPJ sob o nº 41.793.345/0001-27
"Índice de Subordinação"	Relação entre (a) o valor agregado de todas as Cotas da Subclasse Subordinada em circulação; e (b) o Patrimônio Líquido.
"Investidores Autorizados"	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada. Os Investidores Autorizados serão representados por distribuidor atuando por conta e ordem.
"Justa Causa"	A prática dos seguintes atos ou situações, exclusivamente com relação à Gestora: (a) a prática ou constatação de atos ou situações, por parte da Gestora, com culpa grave, má-fé, dolo, desvio de conduta e/ou função, fraude ou violação substancial no desempenho de suas respectivas funções, deveres ou no cumprimento de obrigações nos termos deste Regulamento, da legislação e regulamentação aplicáveis da CVM, conforme determinado por decisão arbitral, judicial ou administrativa, contra a qual o

efeito suspensivo ou medida similar não tenha sido obtida no prazo legal aplicável; **(b)** o cometimento de crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, conforme determinado por decisão arbitral, judicial ou administrativa, contra a qual o efeito suspensivo ou medida similar não tenha sido obtida no prazo legal aplicável; **(c)** descredenciamento permanente pela CVM como administrador de carteira de valores mobiliários na categoria gestor de recursos; **(d)** pedido de autofalência ou a ocorrência de decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Gestora, ou, ainda, propositura pela Gestora de medida antecipatória referente a tais procedimentos, pedido de conciliação e mediação, nos termos previstos no artigo 20-B, §1º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada ("Lei 11.101"), ou ajuizamento de medida cautelar para requerer a antecipação total ou parcial dos efeitos do deferimento do processamento da recuperação judicial, nos termos do artigo 6º, §12º da Lei 11.101; ou **(e)** qualquer descumprimento das regras da legislação nacional relacionada à anticorrupção e/ou suas futuras regulamentações, pela Gestora, conforme determinado por decisão judicial cujos efeitos não tenham sido suspensos no prazo legal.

"Patrimônio Líquido"	Patrimônio líquido da Classe.
"Prestadores de Serviços Essenciais"	A Administradora e a Gestora, quando referidas em conjunto e indistintamente.
"Regulamento"	O regulamento do Fundo. Todas as referências ao Regulamento incluirão o Anexo e os Apêndices, conforme o caso.
"Rentabilidade-Alvo"	A rentabilidade-alvo das Cotas da Subclasse Sênior, conforme definida no respectivo Apêndice.
"Reserva de Encargos"	Reserva para pagamento dos encargos do Fundo e da Classe, nos termos do item 13.1 do Anexo.
"Subclasses"	A Subclasse Sênior e a Subclasse Subordinada, quando referidas em conjunto e indistintamente.
"Taxa de Administração"	Remuneração devida à Administradora pela prestação dos serviços ao Fundo.
"Taxa de Gestão"	Remuneração devida à Gestora pela prestação dos serviços ao Fundo.
"Taxa Global"	Significa a Taxa de Administração, a Taxa de Gestão e a Taxa Máxima de Distribuição, quando referidas em conjunto.
"Taxa Máxima de Custódia"	Remuneração devida ao Custodiante.
"Taxa Máxima de Distribuição"	Remuneração devida aos distribuidores pela distribuição das Cotas.

2. CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

2.1 O Fundo se enquadra na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o disposto no Anexo Normativo II.

2.2 O Fundo é constituído com uma classe única de Cotas, sendo vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer Subclasse de Cotas.

2.2.1 As disposições relativas à Classe encontram-se no Anexo.

3. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

3.1 O funcionamento do Fundo terá início na Data de Início do Fundo. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, observado o disposto no Anexo e nos apêndices das Subclasses.

4. PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

4.1 A administração fiduciária do Fundo será realizada pela Administradora.

4.2 A gestão do Fundo será realizada pela Gestora.

4.3 É vedado aos Prestadores de Serviços Essenciais receber qualquer remuneração, benefício ou vantagem, direta ou indiretamente, que potencialmente prejudique a sua independência na tomada de decisão.

5. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

Obrigações da Administradora

5.1 A Administradora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e na legislação e na regulamentação aplicáveis, tem poderes para praticar os atos necessários à administração do Fundo, na sua respectiva esfera de atuação.

5.2 Sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares a que esteja sujeita, a Administradora se obriga a:

- (a) cumprir as obrigações estabelecidas na regulamentação em vigor, em especial, nos artigos 104 e 106 da parte geral da Resolução CVM 175 e no artigo 31 do Anexo Normativo II;
- (b) observar as vedações estabelecidas na regulamentação em vigor, em especial, nos artigos 45, 101 e 103 da parte geral da Resolução CVM 175;
- (c) diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:
 - (1) o registro de Cotistas;
 - (2) o livro de atas de Assembleias de Cotistas;
 - (3) o livro ou a lista de presença de Cotistas;
 - (4) os pareceres do Auditor Independente;
 - (5) os demonstrativos trimestrais e anuais da classe de cotas; e
 - (6) os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio da Classe.
- (d) Solicitar, se for o caso, a admissão das Cotas à negociação em mercado organizado;
- (e) pagar, às suas expensas, a multa cominatória por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação aplicável;

- (f) elaborar e divulgar as informações periódicas e eventuais do Fundo exigidas pelo Regulamento e pela regulamentação em vigor, notadamente pelo artigo 27 do Anexo Normativo II;
- (g) manter atualizada, junto à CVM, a lista de todos os prestadores de serviços contratados em nome do Fundo, incluindo os Prestadores de Serviços Essenciais, bem como as demais informações cadastrais do Fundo;
- (h) informar imediatamente aos Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das cotas, quando aplicável, nos termos deste Regulamento;
- (i) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (j) protocolar na CVM, com o auxílio da Gestora e conforme aplicável, o documento de constituição do Fundo, o Regulamento, seus anexos e aditamentos, nos termos da Resolução CVM 175;
- (k) fiscalizar as atividades do prestador de serviço por ele contratado que não seja um participante de mercado regulado pela CVM ou o serviço prestado ao Fundo não se encontre dentro da esfera de atuação da CVM;
- (l) realizar a liquidação física ou eletrônica e financeira dos direitos creditórios, conforme aplicável;
- (m) operacionalizar procedimentos e rotinas definidos e documentos relacionados à aquisição de direitos creditórios ou ativos financeiros de liquidez pela Classe, conforme aplicáveis, e que sejam de sua responsabilidade;
- (n) manter o serviço de atendimento aos Cotistas, nos termos do item 12.3 abaixo;
- (o) observar as disposições do Regulamento;
- (p) monitorar as hipóteses de liquidação antecipada;
- (q) cumprir as deliberações da Assembleia de Cotistas;
- (r) manter, separadamente, registros com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre **(1)** de um lado, qualquer dos Prestadores de Serviços Essenciais, o Custodiante, a Entidade Registradora e/ou as suas respectivas partes relacionadas, tais como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto; e **(2)** de outro, a Classe; e
- (s) calcular e divulgar o valor das Cotas e do Patrimônio Líquido.

Obrigações da Gestora

5.3 A Gestora, observadas as limitações estabelecidas no Regulamento, na legislação e na regulamentação aplicáveis, tem poderes para praticar os atos necessários à gestão do Fundo, na sua respectiva esfera de atuação.

5.4 Sem prejuízo de outras obrigações legais e regulamentares a que esteja sujeita, a Gestora obriga-se a:

- (a) cumprir as obrigações estabelecidas na regulamentação em vigor, em especial, nos artigos 105 e 106 da parte geral da Resolução CVM 175 e no artigo 33 do Anexo Normativo II;
- (b) observar as vedações estabelecidas na regulamentação em vigor, em especial, nos artigos 45 e 101 a 103 da parte geral da Resolução CVM 175;
- (c) informar a Administradora, imediatamente, caso ocorra a alteração de qualquer dos Demais Prestadores de Serviços contratados pela Gestora, em nome do Fundo;
- (d) providenciar, às suas expensas, a elaboração do material de divulgação da Classe;
- (e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação relativa às operações da Classe;
- (f) observar as disposições do Regulamento;

- (g) cumprir as deliberações da Assembleia de Cotistas;
- (h) estruturar o Fundo, nos termos do artigo 33, §1º, do Anexo Normativo II;
- (i) executar a política de investimento da Classe, devendo analisar e selecionar as Cotas Investidas e os Ativos Financeiros de Liquidez para a carteira da Classe, o que inclui, no mínimo, a verificação do enquadramento das Cotas Investidas à política de investimento estabelecida no Anexo, compreendendo a validação das Cotas Investidas em relação aos Critérios de Elegibilidade e a observância aos requisitos de composição e diversificação da carteira da Classe;
- (j) celebrar, em nome do Fundo, todos os documentos relativos à negociação das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez, devendo encaminhar à Administradora a cópia de cada documento celebrado em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da sua celebração;
- (k) fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, mediante solicitação da Administradora, subsídios para que a Administradora defenda os interesses da Classe diante de eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou quaisquer outras penalidades aplicadas pelas autoridades fiscalizadoras em decorrência das atividades desenvolvidas pela Gestora;
- (l) registrar os direitos creditórios na entidade registradora, caso os direitos creditórios venham a ser passíveis de registro nos termos da Resolução CVM 175, conforme aplicável; e
- (m) monitorar, mensalmente, nos termos do Anexo:
 - (1) o enquadramento da Alocação Mínima;
 - (2) o enquadramento do Índice de Subordinação;
 - (3) a composição da Reserva de Encargos; e
 - (4) a ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, dos Eventos de Liquidação e dos Eventos de Verificação do Patrimônio Líquido.

Vedações

5.5 É vedado aos Prestadores de Serviços Essenciais, nas suas respectivas esferas de atuação, em nome do Fundo:

- (a) receber depósito em conta corrente;
- (b) contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas hipóteses autorizadas pela Resolução CVM 175;
- (c) vender Cotas à prestação, sem prejuízo da possibilidade de integralização das Cotas subscritas a prazo;
- (d) garantir rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (e) utilizar os recursos da Classe para o pagamento de seguro contra perdas financeiras dos Cotistas; e
- (f) praticar qualquer ato de liberalidade.

5.5.1 A Gestora poderá tomar e dar os ativos integrantes da carteira da Classe em empréstimo, desde que tais operações de empréstimo sejam cursadas exclusivamente por meio de serviço autorizado pelo BACEN ou pela CVM.

Responsabilidades

5.6 A Administradora, a Gestora e os Demais Prestadores de Serviços responderão perante a CVM, os Cotistas e quaisquer terceiros, nas suas respectivas esferas de atuação, sem solidariedade entre si ou com o Fundo, por seus próprios atos e omissões contrários ao Regulamento e às disposições legais e regulamentares aplicáveis, sem prejuízo do dever dos Prestadores de Serviços Essenciais de fiscalizar os Demais Prestadores de Serviços, nos termos da Resolução CVM 175 e da cláusula 4 do Anexo.

5.6.1 Para fins do item 5.6 acima, a aferição da responsabilidade da Administradora, da Gestora e dos Demais Prestadores de Serviços terá como parâmetros as obrigações previstas **(a)** na Resolução CVM 175 e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis; **(b)** no Regulamento, incluindo o Anexo e os Apêndices; e **(c)** nos respectivos contratos de prestação de serviços, se houver.

6. SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS

6.1 A Administradora e a Gestora deverão ser substituídas nas hipóteses de **(a)** descredenciamento, por decisão da CVM, para o exercício profissional de administração de carteira de valores mobiliários, nas categorias de administrador fiduciário e gestor de recursos, respectivamente; **(b)** renúncia; ou **(c)** destituição, por deliberação da Assembleia de Cotistas.

6.1.1 Havendo pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, fica vedado à Administradora renunciar à administração fiduciária do Fundo, observado o disposto no item 9.3.1 abaixo, sendo permitida, contudo, a sua destituição por deliberação da Assembleia de Cotistas.

6.2 Nas hipóteses de descredenciamento ou renúncia de qualquer dos Prestadores de Serviços Essenciais, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembleia de Cotistas, a ser realizada em até 15 (quinze) dias, para deliberar sobre a substituição do Prestador de Serviço Essencial.

6.3 No caso de descredenciamento do Prestador de Serviço Essencial, a CVM poderá nomear um administrador ou um gestor temporário, conforme o caso, inclusive para viabilizar a convocação da Assembleia de Cotistas de que trata o item 6.2 acima.

6.4 No caso de renúncia do Prestador de Serviço Essencial, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que seja efetivamente substituído, o que deverá ocorrer em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias contados da data de renúncia.

6.4.1 Caso a Assembleia de Cotistas referida no item 6.2 acima aprove a substituição do Prestador de Serviço Essencial, mas não nomeie um prestador de serviço habilitado para substituí-lo, a Administradora deverá convocar uma nova Assembleia de Cotistas para nomear o substituto do Prestador de Serviço Essencial.

6.4.2 Se **(a)** a Assembleia de Cotistas prevista no item 6.2 acima não aprovar a substituição do Prestador de Serviço Essencial, inclusive por falta de quórum, considerando-se as 2 (duas) convocações; ou **(b)** tiver decorrido o prazo estabelecido no item 6.4 acima sem que o prestador de serviço substituto tenha efetivamente assumido as funções do Prestador de Serviço Essencial substituído, a Classe deverá ser liquidada, devendo a Gestora permanecer no exercício de suas funções até que a liquidação seja concluída e a Administradora, até o cancelamento do registro de funcionamento do Fundo na CVM.

6.5 O Prestador de Serviço Essencial substituído deverá, sem qualquer custo adicional para a Classe, **(a)** colocar à disposição do seu substituto, em até 15 (quinze) dias a contar da data da efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e a Classe, incluindo aqueles previstos no artigo 130 da parte geral da Resolução CVM 175, de forma que o prestador de serviço substituto possa cumprir os deveres e obrigações do Prestador de Serviço Essencial sem solução de continuidade; e **(b)** prestar qualquer esclarecimento sobre a administração fiduciária ou a gestão do Fundo, conforme o caso, que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pelo prestador de serviço que vier a substituí-lo.

6.6 No caso de decretação de regime de administração especial temporária (RAET), intervenção, liquidação extrajudicial, insolvência ou falência do Prestador de Serviço Essencial, o administrador temporário, o interventor ou o liquidante, conforme o caso, assumirá as suas funções, podendo convocar a Assembleia de Cotistas para deliberar sobre **(a)** a substituição do Prestador de Serviço Essencial; ou **(b)** a liquidação da Classe. A partir de pedido fundamentado do

administrador temporário, do interventor ou do liquidante, conforme o caso, a CVM poderá nomear um administrador ou gestor temporário, conforme o caso.

6.7 As disposições relativas à substituição dos Prestadores de Serviços Essenciais aplicam-se, no que couberem, à substituição dos Demais Prestadores de Serviços.

7. ENCARGOS

7.1 Nos termos do artigo 117 da parte geral da Resolução CVM 175 e do artigo 53 do Anexo Normativo II, constituem encargos do Fundo e da Classe:

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo ou da Classe;
- (b) despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Resolução CVM 175;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo e da Classe, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) honorários e despesas do Auditor Independente;
- (e) emolumentos e comissões pagas por operações da carteira da Classe;
- (f) despesas com a manutenção de ativos cuja propriedade decorra da execução de garantia ou de acordo com um devedor, conforme aplicável;
- (g) honorários de advogados, custas e despesas processuais correlatas incorridos em defesa dos interesses do Fundo e da Classe, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada, se for o caso;
- (h) gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos integrantes da carteira da Classe, assim como a parcela de prejuízos da carteira não coberta por apólices de seguro, salvo se decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços do Fundo ou da Classe no exercício de suas respectivas funções;
- (i) despesas relacionadas ao exercício do direito de voto decorrente dos ativos integrantes da carteira da Classe;
- (j) despesas com a realização da Assembleia de Cotistas;
- (k) despesas inerentes à constituição, à fusão, à incorporação, à cisão, à transformação ou à liquidação da Classe;
- (l) despesas com a liquidação, o registro e a custódia de operações com os ativos integrantes da carteira;
- (m) despesas com o fechamento de câmbio, vinculadas às operações da carteira da Classe;
- (n) despesas inerentes à distribuição primária das Cotas e à admissão das Cotas à negociação em mercado organizado;
- (o) Taxa de Administração e Taxa de Gestão;
- (p) na hipótese de acordo de remuneração com base na Taxa de Administração ou na Taxa de Gestão, nos termos do artigo 99 da parte geral da Resolução CVM 175, montantes devidos aos fundos investidores;
- (q) Taxa Máxima de Distribuição;
- (r) despesas decorrentes de empréstimos contraídos em nome da Classe, desde que de acordo com as hipóteses previstas na Resolução CVM 175;

- (s) despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco, se houver;
- (t) despesas com o registro dos direitos creditórios que integrem a carteira da Classe, se for o caso, junto a entidades registradoras com competência para a realização de tal registro; e
- (u) remuneração devida ao Custodiante.

7.1.1 Qualquer despesa não prevista no item 7.1 acima como um encargo do Fundo ou da Classe, que não esteja expressamente prevista na Resolução CVM 175, deverá correr por conta do Prestador de Serviço Essencial que a tiver contratado.

7.2 Uma vez que o Fundo é constituído com classe única de Cotas, todos os encargos e contingências do Fundo serão debitados do patrimônio da Classe, respeitada a ordem de alocação de recursos na cláusula 14 do Anexo.

7.3 Caso assim permitido pela legislação em vigor, poderão ser considerados como encargo do Fundo, nos termos do artigo 117, inciso VII, da Parte Geral da Resolução CVM 175 e do item 7.1 (g) deste Regulamento, os honorários advocatícios contratuais, os honorários de sucumbência, as custas, as despesas processuais e quaisquer outros custos ou encargos arbitrais, judiciais e extrajudiciais, bem como eventuais condenações imputadas aos prestadores de serviços essenciais do Fundo, quando figurarem: **(a)** no polo passivo ou ativo de ações judiciais ou procedimentos arbitrais, conjunta e diretamente com o Fundo; ou **(b)** isoladamente, no polo passivo de ações judiciais ou procedimentos arbitrais em que, por sua natureza, o Fundo devesse responder.

7.3.1 Caso, por decisão judicial transitada em julgado, reste caracterizada a responsabilidade de qualquer dos Prestadores de Serviços Essenciais por ter agido dolosamente ou com culpa grave, este deverá ressarcir o Fundo das despesas e valores que tenham sido suportados pelo Fundo, na proporção cabível, em decorrência do disposto no item acima.

7.3.2 Potenciais despesas futuras, de qualquer natureza, decorrentes das situações descritas no item 7.3 acima poderão ser provisionadas na contabilidade do Fundo, e, a critério da Administradora, poderão ser constituídas reservas em ativos de liquidez para fazer frente a essas potenciais despesas.

7.3.3 Na hipótese de se deliberar pela liquidação do Fundo, caso existam provisões constituídas nos termos do item acima, e caso assim seja permitido pela regulamentação em vigor, a liquidação ficará condicionada à prévia transferência dos valores provisionados para conta vinculada, em benefício dos Prestadores de Serviços Essenciais que possam vir a arcar com as despesas relacionadas às demandas que levaram a constituição de tais provisões, ou à adoção de outro mecanismo de garantia equivalente, conforme deliberado em Assembleia de Cotistas e acordado por tal prestador essencial.

7.3.4 Os recursos transferidos para conta vinculada nos termos do item acima deverão ser utilizados exclusivamente para fazer frente às despesas relacionadas às demandas que ensejaram a constituição das provisões. Ainda, os Prestadores de Serviços Essenciais em questão deverão assumir o compromisso de devolver aos Cotistas, na proporção de suas Cotas na data da liquidação do Fundo ou após referido evento, quaisquer recursos eventualmente remanescentes, após o encerramento definitivo de tais demandas.

8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DA CLASSE, DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DAS COTAS

8.1 As Cotas Investidas e os Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe terão o seu valor de mercado apurado, todo Dia Útil, conforme a metodologia descrita no manual de precificação de ativos da Administradora, disponível na sua página na rede mundial de computadores.

8.2 As provisões e as perdas relativas às Cotas Investidas e aos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe serão calculadas pela Administradora, de acordo com a regulamentação vigente e a metodologia descrita no manual de provisão para perdas da Administradora, também disponível na sua página na rede mundial de computadores.

8.3 O Patrimônio Líquido será equivalente ao valor das Disponibilidades, acrescido do valor das Cotas Investidas, deduzidas as exigibilidades e as provisões do Fundo.

8.4 As Cotas terão o seu valor calculado nos termos do Anexo.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

9.1 Caso a Administradora verifique, a qualquer tempo, que o Patrimônio Líquido está negativo deve imediatamente **(a)** não realizar amortização de Cotas, conforme o caso; **(b)** não realizar novas subscrições de Cotas; **(c)** comunicar a existência do Patrimônio Líquido negativo à Gestora; e **(d)** divulgar fato relevante, nos termos do item 11.2 abaixo.

9.1.1 Além do disposto no item 9.1, a Administradora deve, em até 20 (vinte) dias a contar da verificação do Patrimônio Líquido negativo **(a)** elaborar, em conjunto com a Gestora, um plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo, que contemple, no mínimo, os requisitos previstos no artigo 122, *caput*, II, "a", da parte geral da Resolução CVM 175; e **(b)** convocar a Assembleia de Cotistas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da conclusão da sua elaboração, para deliberar sobre o plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo.

9.1.2 Se, após a adoção das medidas previstas no item 9.1 acima pela Administradora, os Prestadores de Serviços Essenciais, em conjunto, avaliarem, de modo fundamentado, que o Patrimônio Líquido negativo não representa risco à solvência da Classe, a adoção das medidas previstas no item 9.1.1 acima será facultativa.

9.1.3 Na hipótese de, previamente à convocação da Assembleia de Cotistas de que trata o item 9.1.1(b) acima, a Administradora verificar que o Patrimônio Líquido voltou a ser positivo, os Prestadores de Serviços Essenciais serão dispensados de prosseguir com os procedimentos previstos nesta cláusula 9, devendo a Administradora divulgar novo fato relevante, nos termos do item 11.2 abaixo, no qual constem o valor atualizado do Patrimônio Líquido e, resumidamente, as causas e as circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido negativo.

9.1.4 Na hipótese de, posteriormente à convocação da Assembleia de Cotistas de que trata o item 9.1.1(b) acima e anteriormente à sua realização, a Administradora verificar que o Patrimônio Líquido voltou a ser positivo, a Assembleia de Cotistas deverá ser realizada para que a Gestora apresente aos Cotistas o valor atualizado do Patrimônio Líquido e as causas e as circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido negativo, não se aplicando o disposto no item 9.1.5 abaixo.

9.1.5 Na Assembleia de Cotistas prevista no item 9.1.1(b) acima, caso o plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo não seja aprovado, os Cotistas deverão deliberar sobre as seguintes alternativas, nos termos do artigo 122, §4º, da parte geral da Resolução CVM 175: **(a)** o aporte de recursos, próprios ou de terceiros, para cobrir o Patrimônio Líquido negativo; **(b)** a cisão, a fusão ou a incorporação da Classe por outro fundo de investimento; **(c)** a liquidação da Classe, desde que não haja obrigações remanescentes a serem honradas pela Classe; e **(d)** o pedido de declaração judicial de insolvência da Classe.

9.1.6 A Gestora será obrigada a comparecer à Assembleia de Cotistas mencionada no item 9.1.1(b) acima, na qualidade de responsável pela gestão da carteira da Classe, sendo certo que a ausência da Gestora não impedirá a realização da Assembleia de Cotistas pela Administradora. Será permitida a manifestação dos credores da Classe na referida Assembleia de Cotistas, desde que prevista na convocação da Assembleia de Cotistas ou autorizada pela mesa ou pelos Cotistas presentes.

9.1.7 Se a Assembleia de Cotistas de que trata o item 9.1.1(b) acima não se instalar por falta de quórum ou os Cotistas não aprovarem qualquer das alternativas referidas no item 9.1.5 acima, a Administradora deverá ingressar com o pedido de declaração judicial de insolvência da Classe.

9.2 A CVM poderá pedir a declaração judicial de insolvência da Classe, sempre que identificar situação em que o Patrimônio Líquido negativo represente risco para o funcionamento eficiente do mercado de capitais ou a integridade do sistema financeiro.

9.3 Tão logo tenha ciência de qualquer pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, a Administradora deverá divulgar fato relevante, nos termos do item 11.2 abaixo.

9.3.1 Respeitado o que dispuser a decisão no processo de declaração judicial de insolvência da Classe, diante da vedação de renúncia da Administradora conforme o item 6.1.1 acima, fica estabelecido que, a partir do pedido de declaração judicial de insolvência da Classe, o pagamento do valor mensal mínimo da Taxa de Administração terá prioridade em relação aos demais encargos do Fundo e da Classe, preservando-se, no restante, a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 do Anexo.

9.4 Tão logo tenha ciência da declaração judicial de insolvência da Classe, a Administradora deverá **(a)** divulgar fato relevante, nos termos do item 11.2 abaixo; e **(b)** efetuar o cancelamento do registro de funcionamento do Fundo na CVM, nos termos do artigo 125 da parte geral da Resolução CVM 175.

10. ASSEMBLEIA DE COTISTAS

10.1 É de competência privativa da Assembleia de Cotistas deliberar sobre as seguintes matérias, comuns ao Fundo e à sua Classe:

- (a) as demonstrações contábeis do Fundo;
- (b) a destituição da Administradora ou do Custodiante;
- (c) a destituição da Gestora, **com Justa Causa**;
- (d) a destituição da Gestora, **sem Justa Causa**;
- (e) a emissão de novas Cotas da Subclasse Sênior e da Subclasse Subordinada, e a criação de novas Subclasses em montante que exceda o Capital Autorizado, incluindo a definição sobre a existência do direito de preferência, conforme estabelecido no Anexo;
- (f) a fusão, a incorporação, a cisão, total ou parcial ou a transformação do Fundo ou da Classe;
- (g) a liquidação do Fundo ou da Classe;
- (h) a alteração do Regulamento, ressalvado o disposto no artigo 52 da Resolução CVM 175 e/ou matéria sujeita a quórum específico conforme prevista neste Regulamento;
- (i) alteração da política de investimento da Classe;
- (j) a alteração do quórum de instalação e deliberação da Assembleia de Cotistas;
- (k) o aumento da Taxa de Administração, da Taxa de Gestão e/ou da Taxa Máxima de Custódia;
- (l) a alteração do prazo de duração do Fundo, da Classe ou das Subclasses;
- (m) a instalação de comitês e conselhos para o Fundo;
- (n) o plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo;
- (o) o pedido de declaração judicial de insolvência da Classe e as demais alternativas previstas no item 9.1.5;
- (p) a prestação de fiança, aval, aceite ou qualquer outra forma de retenção de risco, em nome da Classe, relativamente a operações relacionadas à sua carteira;
- (q) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; e
- (r) deliberar sobre a interrupção dos procedimentos de liquidação da Classe ou o plano de liquidação elaborado pelos Prestadores de Serviços Essenciais, na ocorrência de um Evento de Liquidação.

10.1.1 O Regulamento poderá ser alterado, independentemente de realização da Assembleia de Cotistas, nas seguintes hipóteses: **(a)** necessidade de atendimento a normas legais ou regulamentares ou a exigências da CVM, de entidade administradora de mercados organizados em que as Cotas sejam admitidas à negociação ou de entidade

autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM; **(b)** necessidade de atualização dos dados cadastrais dos Prestadores de Serviços Essenciais ou dos Demais Prestadores de Serviços; ou **(c)** redução da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão.

10.1.2 As alterações referidas nos itens 10.1.1(a) e (b) acima deverão ser comunicadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da sua implementação. A alteração referida no item 10.1.1(c) acima deverá ser comunicada imediatamente aos Cotistas.

10.2 Os Prestadores de Serviços Essenciais, o Custodiante, o Cotista ou grupo de Cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas em circulação poderão, a qualquer tempo, requerer a convocação da Assembleia de Cotistas para deliberar sobre ordem do dia de interesse da Classe ou da comunhão de Cotistas.

10.2.1 O pedido de convocação pela Gestora, pelo Custodiante ou pelos Cotistas será dirigido à Administradora, que, por sua vez, deverá convocar a Assembleia de Cotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do seu recebimento. A convocação e a realização da Assembleia de Cotistas serão custeadas pelos requerentes, salvo se a Assembleia de Cotistas assim convocada deliberar em contrário.

10.2.2 A convocação da Assembleia de Cotistas deverá ser encaminhada pela Administradora a cada Cotista e disponibilizada nas páginas da Administradora, da Gestora e, durante a distribuição pública das Cotas, dos distribuidores na rede mundial de computadores.

10.2.3 Na convocação, deverão constar o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia de Cotistas, observado o disposto no item 10.6 abaixo. A convocação da Assembleia de Cotistas deverá enumerar expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que, sob a rubrica de assuntos gerais, haja matérias que dependam da aprovação da Assembleia de Cotistas.

10.2.4 A Assembleia de Cotistas deverá ser convocada com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data da sua realização.

10.2.5 A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta de convocação.

10.3 A Assembleia de Cotistas será instalada com a presença de, pelo menos, 1 (um) Cotista.

10.4 As deliberações da Assembleia de Cotistas são tomadas por maioria de votos dos presentes e a cada Cotista cabe uma quantidade de votos representativa da sua participação financeira no Fundo, ressalvadas as matérias referidas no item 10.1, inciso (d), que somente poderá ser aprovada mediante deliberação de Cotistas representando 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido, e 10.1, incisos (f), (i), (j), (k), (l), (m) e (p), que somente poderão ser aprovadas mediante deliberação de Cotistas representando 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido, observado que a alteração do quórum de deliberação de qualquer matéria deverá observar o mesmo quórum exigido para a deliberação da respectiva matéria.

10.5 Somente poderão votar na Assembleia de Cotistas, os Cotistas inscritos no registro de cotistas do Fundo na data da convocação da Assembleia de Cotistas, bem como os seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos.

10.5.1 Ressalvado o disposto no item 10.5.2, não poderão votar na Assembleia de Cotistas **(a)** os Prestadores de Serviços Essenciais e os Demais Prestadores de Serviços; **(b)** os sócios, diretores e empregados dos Prestadores de Serviços Essenciais e dos Demais Prestadores de Serviços; **(c)** as partes relacionadas dos Prestadores de Serviços Essenciais, dos Demais Prestadores de Serviços e dos seus respectivos sócios, diretores e empregados; **(d)** o Cotista que tenha interesse conflitante com o do Fundo ou da Classe no que se refere à matéria em deliberação; e **(e)** o Cotista, na hipótese de deliberação relativa a laudo de avaliação de bens de sua propriedade.

10.5.2 A vedação de que trata o item 10.5.1 não se aplicará quando **(a)** os únicos Cotistas forem as pessoas mencionadas nos itens 10.5.1 (a) a (e) acima; ou **(b)** houver a aquiescência expressa dos Cotistas representando a maioria

das demais Cotas em circulação, que poderá ser manifestada na própria Assembleia de Cotistas ou constar em permissão, específica ou genérica, previamente concedida pelos Cotistas e arquivada pela Administradora.

10.6 A Assembleia de Cotistas será realizada de modo parcial ou exclusivamente eletrônico, de acordo com o que for informado aos Cotistas na convocação. Nos termos do artigo 75 da parte geral da Resolução CVM 175, a participação presencial dos Cotistas somente será admitida nas Assembleias de Cotistas convocadas para ocorrer de forma parcialmente eletrônica, ou seja, quando for facultada a participação tanto presencial quanto a distância.

10.6.1 A Administradora deverá tomar as medidas para garantir a autenticidade e a segurança na transmissão de informações, particularmente os votos, que deverão ser proferidos por meio de assinatura eletrônica ou outros meios eficazes para assegurar a identificação dos Cotistas.

10.6.2 Os Cotistas poderão votar por meio de comunicação eletrônica obedecidas as instruções incluídas na convocação.

10.7 As deliberações da Assembleia de Cotistas poderão, ainda, ser tomadas por meio de processo de consulta formal, sem a necessidade de reunião dos Cotistas.

10.7.1 A consulta será formalizada pelo envio de comunicação pela Administradora a todos os Cotistas, que deverá conter todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto.

10.7.2 Os Cotistas terão, no mínimo, 10 (dez) dias para se manifestar no âmbito da consulta formal.

10.8 O resumo das decisões da Assembleia de Cotistas deverá ser disponibilizado aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da data da sua realização.

11. INFORMAÇÕES PERIÓDICAS E OBRIGATÓRIAS

11.1 As informações periódicas e eventuais do Fundo e da Classe deverão ser divulgadas nas páginas da Administradora e da Gestora na rede mundial de computadores, em lugar de destaque e disponível para acesso gratuito do público em geral, e mantidas disponíveis para os Cotistas.

11.2 A Administradora será obrigada a divulgar, assim que tiver conhecimento, qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos ativos integrantes da carteira da Classe. A Gestora e os Demais Prestadores de Serviços serão responsáveis por informar imediatamente a Administradora sobre qualquer fato relevante de que venham a ter conhecimento.

11.2.1 Considera-se relevante qualquer fato que possa influir de modo ponderável no valor das Cotas ou na decisão dos investidores de adquirir, alienar ou manter as Cotas.

11.2.2 Qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo deverá ser **(a)** comunicado a todos os Cotistas; **(b)** informado às entidades administradoras de mercados organizados onde as cotas estejam admitidas à negociação, se for o caso; **(c)** divulgado por meio da página da CVM na rede mundial de computadores; e **(d)** mantido nas páginas da Administradora, da Gestora e, ao menos enquanto a distribuição estiver em curso, do distribuidor das Cotas na rede mundial de computadores.

11.2.3 São exemplos de fatos potencialmente relevantes **(a)** a alteração no tratamento tributário conferido ao Fundo ou aos Cotistas; **(b)** a contratação de Agência Classificadora de Risco; **(c)** a substituição da Administradora ou da Gestora; e **(d)** a fusão, a incorporação, a cisão ou a transformação da Classe.

11.2.4 A Administradora estará dispensada de disponibilizar o extrato de conta para os Cotistas que expressamente concordarem em não receber tal extrato.

11.3 A Administradora deverá, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do mês a que se referirem as informações, encaminhar o informe mensal do Fundo à CVM, por meio do sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, conforme o modelo no Suplemento G da Resolução CVM 175.

11.4 A Administradora deverá, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do mês a que se referirem as informações, encaminhar o demonstrativo de composição e diversificação da carteira da Classe à CVM, por meio do sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, conforme o formulário disponibilizado no referido sistema.

11.5 A Administradora deverá, ainda, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem as informações, encaminhar o demonstrativo trimestral do Fundo à CVM, por meio do sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, evidenciando as informações exigidas pelo artigo 27, V, do Anexo Normativo II.

11.5.1 Para fins do item 11.5 acima, a Gestora deverá, em até 40 (quarenta) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem as informações, elaborar e encaminhar à Administradora o relatório contendo as informações previstas no artigo 27, §3º, do Anexo Normativo II.

11.6 As demonstrações contábeis do Fundo deverão ser elaboradas e divulgadas de acordo com as regras específicas editadas pela CVM.

11.6.1 O Fundo terá escrituração contábil própria.

11.6.2 O exercício social do Fundo terá duração de 12 (doze) meses, encerrando-se no último dia útil de dezembro.

11.6.3 As demonstrações contábeis do Fundo serão auditadas anualmente pelo Auditor Independente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Todas as obrigações previstas no Regulamento, inclusive obrigações de pagamento, cuja data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil serão cumpridas no Dia Útil imediatamente subsequente, não havendo direito por parte dos Cotistas a qualquer acréscimo.

12.2 Todos os prazos previstos no Regulamento serão contados na forma prevista no artigo 132 do Código Civil, isto é, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

12.3 A Administradora disponibiliza o serviço de atendimento aos Cotistas, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, por meio do e-mail: adm.fundos@bancodaycoval.com.br e do endereço físico: Avenida Paulista, nº 1.793, Bela Vista, CEP 01311-200, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

13. FORO

13.1 Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do Regulamento.

**ANEXO DA
CLASSE ÚNICA DE COTAS DO
CAPITÂNIA YIELD SÊNIOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do Capitânia Yield Sênior Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada.

Os termos e expressões utilizados no presente Anexo, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos na cláusula 1 da parte geral do Regulamento, aplicáveis tanto no singular quanto no plural.

1. CARACTERÍSTICAS DA CLASSE

1.1 A Classe se enquadra na categoria de fundo de investimento em direitos creditórios, conforme o Anexo Normativo II.

1.2 A Classe é constituída em regime de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas em caso de liquidação da Classe. A distribuição de rendimentos aos Cotistas dar-se-á, majoritariamente, por meio de amortização de Cotas, nos termos da cláusula 12 do presente Anexo.

2. PRAZO DE DURAÇÃO DA CLASSE

2.1 O funcionamento da Classe terá início na Data de Início do Fundo. A Classe terá prazo de duração indeterminado, observado o disposto nos apêndices das Subclasses.

3. PÚBLICO-ALVO DA CLASSE

3.1 As Cotas serão destinadas exclusivamente aos Investidores Autorizados, observado o disposto no respectivo apêndice.

4. DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

Demais Prestadores de Serviços contratados pela Administradora, em nome do Fundo

4.1 A Administradora poderá contratar, em nome do Fundo, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os serviços de:

- (a) tesouraria, controle e processamento dos ativos integrantes da carteira da Classe;
- (b) escrituração das Cotas;
- (c) auditoria independente; e
- (d) registro de direitos creditórios em entidade registradora autorizada pelo Banco Central do Brasil, conforme o caso, observado que a entidade registradora não pode ser parte relacionada à Gestora;
- (e) custódia das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe, incluindo os serviços previstos no Anexo Normativo II; e
- (f) liquidação física ou eletrônica e financeira dos direitos creditórios, conforme o caso.

4.1.1 A Administradora deverá fiscalizar as atividades dos Demais Prestadores de Serviços contratados pela Administradora nas hipóteses em que **(a)** os Demais Prestadores de Serviços não forem participantes de mercado regulados pela CVM; ou **(b)** os serviços prestados pelos Demais Prestadores de Serviços estiverem fora da esfera de atuação da CVM.

Auditor Independente

4.2 O Auditor Independente será contratado para auditar as demonstrações contábeis do Fundo, respeitado o disposto no item 11.6 da parte geral do Regulamento.

Custodiante

4.3 O Custodiante será contratado para prestar os serviços de:

- (a) tesouraria, controle e processamento dos ativos integrantes da carteira da Classe;
- (b) escrituração das Cotas; e
- (c) custódia das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe.

Demais Prestadores de Serviços contratados pela Gestora, em nome do Fundo

4.4 A Gestora poderá contratar, em nome do Fundo, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os serviços de:

- (a) intermediação de operações para a carteira da Classe;
- (b) distribuição de Cotas;
- (c) formador de mercado;
- (d) classificação de risco das Cotas;
- (e) agente de cobrança;
- (f) verificação do lastro dos direitos creditórios, conforme aplicável; e
- (g) consultoria especializada.

4.4.1 A Gestora deverá fiscalizar as atividades dos Demais Prestadores de Serviços contratados pela Gestora, nas hipóteses em que **(a)** os Demais Prestadores de Serviços não forem participantes de mercado regulados pela CVM; ou **(b)** os serviços prestados pelos Demais Prestadores de Serviços estiverem fora da esfera de atuação da CVM.

Distribuidores

4.5 A distribuição pública das Cotas deverá ser realizada por distribuidores devidamente autorizados pela CVM, nos termos da regulamentação aplicável.

5. TAXA GLOBAL

5.1 Será cobrada dos Cotistas uma Taxa Global de 1,10% a.a. (um inteiro e dez centésimos por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido, calculada e provisionada pela Classe diariamente, *pro rata temporis*, com base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, e paga mensalmente, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente.

5.2 A Taxa Global não inclui os valores referentes à auditoria das demonstrações financeiras da Classe, tampouco os valores correspondentes aos demais encargos da Classe, os quais serão debitados da Classe de acordo com o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável.

5.3 Para consultar as taxas segregadas dos Prestadores de Serviço Essenciais, acesse a Plataforma de Transparência de Taxas no endereço www.data.anbima.com/busca/transparencia-de-taxas-de-fundos.

5.4 Pelos serviços de custódia a Classe pagará ao Custodiante, a Taxa Máxima de Custódia correspondente a 0,020% (vinte milésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido, respeitado o mínimo mensal de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

5.5 A Administradora e a Gestora poderão estabelecer que parcelas da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão, respectivamente, sejam pagas diretamente pelo Fundo aos Demais Prestadores de Serviços, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor total da Taxa de Administração ou da Taxa de Gestão, conforme o caso.

5.6 A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão não incluem os demais encargos do Fundo ou da Classe, os quais serão debitados diretamente do patrimônio da Classe.

5.7 A Taxa Global compreende a taxa de administração e a taxa de gestão das classes cujas cotas venham a ser adquiridas pela Classe, de acordo com a política de investimento descrita no presente Anexo. Para fins deste item 5.7, não serão consideradas as aplicações realizadas pela Classe em cotas que sejam **(a)** admitidas à negociação em mercado organizado; e **(b)** emitidas por fundos de investimento geridos por partes não relacionadas à Gestora.

5.8 Na hipótese de destituição da Gestora, sem a ocorrência de um evento de Justa Causa, a Gestora fará jus, além do pagamento da Taxa de Gestão até a data da efetiva cessação dos serviços, a uma remuneração de descontinuidade que será devida pela Classe pelo prazo de 12 (doze) meses a contar do mês subsequente ao mês em que ocorreu a destituição ("Remuneração de Descontinuidade"), sendo que a Remuneração de Descontinuidade será abatida da parcela da Taxa de Gestão que venha a ser atribuída ao novo gestor que venha a ser indicado em substituição à Gestora, sendo certo que a Remuneração de Descontinuidade não implicará: **(a)** redução da remuneração da Administradora e dos demais prestadores de serviço, exceto pela remuneração do novo gestor; tampouco **(b)** aumento dos encargos da Classe.

5.8.1 A Remuneração de Descontinuidade será correspondente à Taxa de Gestão que a Gestora faz jus, e calculada mensalmente por período vencido e quitada até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de apuração, sendo que o primeiro pagamento será devido até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês da destituição.

5.9 Não serão cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso ou taxa de saída.

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

6.1 A Classe tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização das suas Cotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, nas Cotas Investidas.

6.1.1 Para fins do artigo 22 do Anexo Normativo II, a política de investimento da Classe abrange, além desta cláusula 6, o disposto nas cláusulas 7 e 8.

6.2 Após 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Início do Fundo, a Classe deverá observar a Alocação Mínima.

6.3 O remanescente do Patrimônio Líquido que não for aplicado em Cotas Investidas poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nos seguintes Ativos Financeiros de Liquidez:

- (a) títulos públicos federais;
- (b) ativos financeiros de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituições financeiras;
- (c) operações compromissadas com lastro nos Ativos Financeiros de Liquidez referidos nos itens 6.3(a) e (b) acima; e
- (d) cotas de classes de fundos de investimento que invistam exclusivamente nos Ativos Financeiros de Liquidez referidos nos itens 6.3(a) a (c) acima.

6.4 A Classe poderá realizar operações com derivativos exclusivamente com o objetivo de proteção patrimonial. Inexistindo contraparte central, é vedado à Classe realizar operações com derivativos que tenham a Gestora ou as suas partes relacionadas como contraparte.

6.5 A aplicação de recursos em Ativos Financeiros de Liquidez de responsabilidade ou coobrigação de um mesmo devedor estará limitada a 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido. Para fins deste item, consideram-se de um mesmo devedor, os Ativos Financeiros de Liquidez de responsabilidade ou coobrigação de devedores integrantes de um mesmo grupo econômico. Uma vez que as Cotas serão destinadas exclusivamente a investidores qualificados, o limite previsto neste item poderá ser aumentado nas hipóteses do artigo 45, §3º, do Anexo Normativo II.

6.5.1 A Gestora deverá assegurar que, na consolidação das aplicações da Classe com as das classes cujas cotas venham a ser adquiridas pela Classe, o limite previsto no item 6.5 acima seja observado. A consolidação de que trata este item 6.5.1 será dispensada no caso de aplicações em cotas que sejam emitidas por fundos de investimento geridos por partes não relacionadas à Gestora.

6.6 A Classe poderá investir até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em Cotas Investidas emitidas por uma mesma classe.

6.6.1 A aplicação de recursos em Cotas Investidas e em Ativos Financeiros de Liquidez destinados exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30/21, estará limitada a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido. Dentro do limite de que trata este item 6.6.1, até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido poderá ser investido em Cotas Investidas emitidas por classes cuja política de investimento admita a aquisição de direitos creditórios não padronizados.

6.7 A Classe poderá investir até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido em Cotas Investidas de classes para as quais a Administradora, a Gestora ou as suas respectivas partes relacionadas, tais como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, prestem serviços.

6.8 A Classe poderá investir até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido em Ativos Financeiros de Liquidez de emissão ou coobrigação da Administradora, da Gestora ou das suas respectivas partes relacionadas, tais como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

6.9 É vedado à Classe aplicar recursos em Cotas Investidas e em Ativos Financeiros de Liquidez no exterior.

6.10 A Classe poderá adquirir novas Cotas Investidas com os recursos financeiros originados pelo pagamento, amortização ou liquidação dos ativos integrantes da sua carteira durante todo o prazo de duração, observado o disposto neste Anexo, sendo que, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Início do Fundo, o prazo de vencimento das Cotas Investidas a serem adquiridas não poderá ser superior ao prazo remanescente das Cotas da Subclasse Sênior.

6.10.1 A partir do 37º (trigésimo sétimo) mês (inclusive) contado da Data de Início do Fundo, a Gestora deverá priorizar a amortização das Cotas da Subclasse Sênior existente na data de constituição do Fundo, sempre no melhor interesse dos Cotistas e desde que observado o Índice de Subordinação.

6.11 Considerando a Alocação Mínima, a qual a Gestora de forma discricionária busca perseguir, os cotistas passarão a se sujeitar ao Regime Específico dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódica disposto na Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, e suas alterações.

6.12 Caso, por qualquer motivo, a Alocação Mínima e as condições para classificação como Entidade de Investimento não sejam observadas pela Gestora, de acordo com as normas do CMN e da CVM, não será possível assegurar a aplicação do Regime Específico dos Fundos Não Sujeitos à Tributação Periódica.

6.13 O disposto nos itens anteriores não se aplica aos Cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

6.14 Não obstante a diligência da Gestora em colocar em prática a política de investimento da Classe prevista neste Anexo, as aplicações da Classe estão, por sua natureza, sujeitas aos Fatores de Riscos descritos neste Anexo. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e os Cotistas. É recomendada aos investidores a leitura atenta dos fatores de risco a que o investimento nas Cotas está exposto, conforme descritos na cláusula 9 do presente Anexo.

6.15 O investimento nas Cotas não conta com garantia dos Prestadores de Serviços Essenciais, dos Demais Prestadores de Serviços, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

6.16 A GESTORA ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DA GESTORA EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE ATIVOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

6.16.1 A política de exercício de direito de voto da Gestora está disponível na página da Gestora na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: <https://capitaniainvestimentos.com.br/governanca/>.

7. COTAS INVESTIDAS

Características das Cotas Investidas

7.1 O Fundo subscreverá ou adquirirá as Cotas Investidas, no mercado primário ou secundário, em caráter definitivo.

7.1.1 Observado o disposto na cláusula 6 deste Anexo, a Classe poderá subscrever ou adquirir Cotas Investidas emitidas por classes cuja política de investimento admita a aquisição de direitos creditórios não padronizados, observado o limite de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Classe.

7.1.2 Desde que respeitada a política de investimento da Classe prevista no presente Anexo, a Gestora terá plena discricionariedade na seleção e na diversificação das Cotas Investidas a serem subscritas ou adquiridas pela Classe, não tendo a Gestora qualquer compromisso formal de concentração em um segmento específico.

7.2 A subscrição ou a aquisição das Cotas Investidas observará os procedimentos da B3 ou de outra entidade autorizada à prestação dos serviços de depósito centralizado de valores mobiliários, na qual as Cotas Investidas venham a ser depositadas. A subscrição ou a aquisição das Cotas Investidas abrangerá todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a elas relacionados.

7.3 Uma vez que o investimento nas Cotas Investidas não corresponde a um investimento direto em direitos creditórios, uma série de disposições comuns à securitização de direitos creditórios não será aplicável ao investimento nas Cotas Investidas. A título meramente exemplificativo, não existem processos de originação ou política de concessão de crédito adotada pela Gestora, tampouco há que se falar em verificação ou guarda de documentos comprobatórios. Da mesma forma, não há a necessidade de se prever a adoção de procedimentos específicos para a cobrança das Cotas Investidas. Cada Cotista deverá atestar que está ciente e concorda com o disposto neste item, por meio da assinatura do termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento.

8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

8.1 A Classe somente poderá subscrever ou adquirir Cotas Investidas que, na respectiva data de aquisição, atendam cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade, a serem verificados pela Gestora: **(a)** serem cotas de fundo de investimento em direitos creditórios, emitidas por classe cujo regime de responsabilidade aplicável aos cotistas seja o de responsabilidade limitada; **(b)** não se subordinarem a qualquer outra classe ou subclasse de cotas para efeitos de amortização e resgate; **(c)** serem emitidas por fundo de investimento em direitos creditórios e classe em funcionamento regular e cujos regulamentos estejam em conformidade com a Resolução CVM 175 e o Anexo Normativo II; e **(d)** na data de aquisição, o respectivo fundo de investimento em direitos creditórios ou classe não estar em processo de liquidação, com evento de avaliação ou evento de liquidação declarado e não sanado, nem apresentar patrimônio líquido negativo.

8.1.1 Observados os termos e condições do presente Anexo, a verificação pela Gestora do enquadramento das Cotas Investidas aos Critérios de Elegibilidade será considerada definitiva.

8.2 O desenquadramento de qualquer Cota Investida com relação a qualquer Critério de Elegibilidade, por qualquer motivo, após a sua aquisição pela Classe, não obrigará a sua alienação pela Classe nem dará à Classe qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra os Prestadores de Serviços Essenciais ou os Demais Prestadores de Serviços.

9. FATORES DE RISCO

9.1 O investimento nas Cotas apresenta riscos, incluindo aqueles indicados nesta cláusula 9. Não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e os Cotistas, não podendo os Prestadores de Serviços Essenciais e os Demais Prestadores de Serviços, em hipótese alguma, ser responsabilizados por qualquer depreciação ou perda de valor das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe, ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando da amortização das suas Cotas ou do resgate em caso de liquidação da Classe, nos termos deste Anexo.

9.1.1 Cada Cotista deverá atestar que está ciente dos riscos do investimento nas Cotas e concorda em, ainda assim, realizá-lo, por meio da assinatura do termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento.

9.2 Pagamento condicionado das Cotas. As principais fontes de recursos da Classe para efetuar a amortização das Cotas e, em caso de liquidação, o resgate das Cotas decorrem do pagamento das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe. Portanto, os Cotistas somente receberão recursos, a título de amortização ou, nas hipóteses cabíveis, de resgate das Cotas, se os resultados e o patrimônio da Classe assim permitirem. Após o recebimento dos recursos decorrentes do pagamento das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros que integram a carteira da Classe e, se for o caso, depois de esgotados os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial ou judicial dos referidos ativos, a Classe poderá não dispor de outros recursos para efetuar o pagamento da amortização ou do resgate das Cotas aos Cotistas.

9.3 Ausência de garantia das Cotas. As aplicações realizadas nas Cotas não contam com garantia dos Prestadores de Serviços Essenciais, dos Demais Prestadores de Serviços, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC. Os Prestadores de Serviços Essenciais e os Demais Prestadores de Serviços não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade em razão da aplicação nas Cotas. Os recursos para o pagamento da amortização e, em caso de liquidação, do resgate das Cotas decorrerão exclusivamente dos resultados e do patrimônio da Classe, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

9.4 Patrimônio Líquido negativo. As aplicações da Classe estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, não havendo garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e os Cotistas. As estratégias de

investimento da Classe poderão fazer com que o Patrimônio Líquido seja negativo, hipótese em que os Cotistas não serão obrigados a realizar aportes adicionais de recursos. É possível, portanto, que a Classe não possua recursos suficientes para satisfazer as suas obrigações.

9.5 Classe constituída sob a forma de condomínio fechado e mercado secundário. A Classe é constituída sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas em caso de liquidação da Classe. A distribuição de rendimentos aos Cotistas dar-se-á, majoritariamente, por meio de amortização de Cotas. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento e, principalmente, de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios apresenta baixa liquidez, dificultando a sua alienação ou ocasionando a obtenção de um preço de venda que cause perdas patrimoniais para os Cotistas. Não há garantia dos Prestadores de Serviços Essenciais e dos Demais Prestadores de Serviços quanto à possibilidade de alienação das Cotas no mercado secundário ou ao seu preço de venda.

9.6 Falhas operacionais. A aquisição, a liquidação e a cobrança das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez dependem da atuação conjunta e coordenada dos Prestadores de Serviços Essenciais, dos Demais Prestadores de Serviços e de eventuais terceiros. A Classe poderá sofrer perdas patrimoniais, caso os procedimentos operacionais descritos no Regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo e à Classe venham a sofrer falhas técnicas ou sejam comprometidos pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviços contratados.

9.7 Troca de informações. Dada a complexidade operacional própria das operações da Classe, não há garantia de que as trocas de informações entre os Prestadores de Serviços Essenciais, os Demais Prestadores de Serviços e eventuais terceiros ocorrerão livre de erros. Caso tal risco venha a se materializar, o funcionamento regular do Fundo e da Classe será afetado adversamente, prejudicando os resultados e o patrimônio da Classe.

9.8 Interrupção da prestação de serviços. O funcionamento do Fundo depende da atuação conjunta e coordenada dos Prestadores de Serviços Essenciais e dos Demais Prestadores de Serviços. Qualquer interrupção na prestação dos serviços pelos Prestadores de Serviços Essenciais ou pelos Demais Prestadores de Serviços, inclusive em razão da sua substituição, poderá prejudicar o regular funcionamento do Fundo ou da Classe. Ademais, caso qualquer dos Prestadores de Serviços Essenciais ou dos Demais Prestadores de Serviços seja substituído, poderá haver um aumento dos custos do Fundo ou da Classe com a contratação de um novo prestador de serviços.

9.9 Liquidação da Classe. Existem eventos que podem ensejar a liquidação antecipada da Classe, conforme previsto no presente Anexo. Assim, há a possibilidade de os Cotistas receberem os valores investidos de forma antecipada, frustrando a sua expectativa inicial, sendo que os Cotistas poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma rentabilidade, até então, proporcionada pela Classe. Ademais, ocorrendo a liquidação da Classe, poderá não haver recursos imediatos suficientes para o pagamento do resgate das Cotas aos Cotistas (por exemplo, em razão de o pagamento dos ativos integrantes da carteira da Classe ainda não ser exigível). Nesse caso, o pagamento das Cotas ficaria condicionado **(a)** ao vencimento ou ao resgate das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe; **(b)** à alienação das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez a terceiros, podendo o preço de venda causar perdas patrimoniais para a Classe e os Cotistas; ou **(c)** ao resgate das Cotas mediante a dação em pagamento das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe.

9.10 Dação em pagamento de ativos. Ocorrendo a liquidação da Classe, as Cotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe. Os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar ou cobrar as Cotas Investidas e os Ativos Financeiros de Liquidez recebidos.

9.11 Observância da Alocação Mínima. Não há garantia de que a Classe adquirirá Cotas Investidas suficientes para fazer frente à Alocação Mínima. A existência da Classe depende da manutenção dos fluxos de originação e de aquisição das Cotas Investidas.

9.12 Intervenção ou liquidação de instituição. No caso de decretação de regime de administração especial temporária (RAET), intervenção, liquidação extrajudicial, insolvência ou falência da instituição na qual seja mantida qualquer dessas contas, os recursos nela depositados poderão ser bloqueados e não vir a ser recuperados, afetando negativamente o patrimônio da Classe.

9.13 Ausência de propriedade direta dos ativos. Os direitos dos Cotistas serão exercidos sobre todos os ativos da carteira da Classe de modo não individualizado, proporcionalmente à quantidade de Cotas detidas por cada um. Portanto, os Cotistas não terão qualquer direito de propriedade direta sobre as Cotas Investidas e os Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe.

9.14 Operações com derivativos. A Classe poderá realizar operações com derivativos exclusivamente com o objetivo de proteção patrimonial. As operações com derivativos, pela sua própria natureza, acrescentam riscos à carteira da Classe e poderão afetar negativamente a sua rentabilidade.

9.15 Risco relacionado à destituição da Gestora. A Gestora poderá ser destituída por Justa Causa em determinadas situações, inclusive em situações que se faz necessária decisão de órgão competente cujos efeitos não tenham sido suspensos no prazo legal. Não é possível prever o tempo em que o órgão competente levará para proferir tais decisões e, portanto, quanto tempo a Gestora permanecerá no exercício de suas funções após eventual ação, ou omissão, que possa ser enquadrada como Justa Causa. Nesse caso, os Cotistas e a Classe deverão aguardar a decisão competente ou, caso entendam pertinente, poderão deliberar pela destituição da Gestora sem Justa Causa, observados os quóruns previstos no Regulamento. Eventual demora na decisão a ser proferida pelo órgão competente para fins de destituição por Justa Causa da Gestora poderá impactar negativamente os Cotistas e a Classe. Na hipótese de destituição sem Justa Causa, a Gestora fará jus à Remuneração de Descontinuidade prevista na cláusula 5.8 deste Anexo, o que poderá impactar a remuneração do novo gestor que venha a ser contratado em substituição. Ademais, o Fundo pode ter dificuldades para selecionar e contratar um gestor de recursos devidamente capacitado que esteja disposto a prestar serviços a um fundo de investimento em direitos creditórios que já esteja em funcionamento, especialmente considerando as condições remunerativas aplicáveis durante o período de vigência da Remuneração de Descontinuidade. Os fatores acima poderão impactar negativamente os Cotistas, o Fundo e a Classe.

9.16 Risco de Desenquadramento para Fins Tributários. Caso as condições previstas na Alocação Mínima deixem de satisfazer qualquer uma das condições previstas na Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023, tais como percentual mínimo de 67% em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios e ausência de discricionariedade da Gestora na aquisição e venda dos ativos, não é possível garantir que estes ativos e, consequentemente, o Fundo continuarão a receber o tratamento tributário destinado ao regime específico dos fundos não sujeitos à tributação periódica, considerando a hipótese prevista no capítulo de tributação.

9.17 Risco Relacionado ao Mecanismo de Conversão de Cotas Seniores em Cotas Seniores Resgatáveis. O mecanismo de conversão de Cotas Seniores em Cotas Seniores Resgatáveis previsto neste Anexo está sujeito a limitações que podem afetar a expectativa de liquidez dos Cotistas. O Percentual Global de Conversão é limitado, podendo haver Rateio entre os Cotistas solicitantes caso a demanda exceda esse limite. Adicionalmente, a Gestora poderá suspender o processo de conversão ou postergar a data de amortização das Cotas Seniores Resgatáveis, em caso de Evento Extraordinário de natureza política, econômica ou financeira. Os Cotistas que optarem pela conversão deverão estar cientes de que: **(a)** o Valor de Conversão será correspondente à soma do valor do principal integralizado das respectivas Cotas Seniores e dos Rendimentos Prioritários das Cotas da Subclasse Sênior Resgatável; **(b)** as Cotas Seniores

convertidas deixarão de integrar a ordem de amortização das Cotas Seniores originárias, e os respectivos créditos passarão a ser regidos pelas regras aplicáveis às Cotas Seniores Resgatáveis; **(c)** as Cotas Seniores Resgatáveis terão ordem de amortização prioritária em relação às Cotas Seniores e às Cotas da Subclasse Subordinada; e **(d)** a liquidez antecipada proporcionada pelas Cotas Seniores Resgatáveis estará sujeita às condições de mercado, podendo ser impactada por Eventos Extraordinários.

10. COTAS

Características gerais das Cotas

10.1 As Cotas serão escriturais e nominais e corresponderão a frações ideais do patrimônio da Classe, observadas as características de cada Subclasse previstas neste Anexo e no respectivo Apêndice. O Custodiante será responsável pela inscrição do nome de cada Cotista no registro de cotistas do Fundo. A titularidade das Cotas será comprovada **(a)** por extrato emitido pela B3, enquanto estiverem eletronicamente custodiadas na B3; ou **(b)** por extrato emitido pelo Escriturador, quando não estiverem eletronicamente custodiadas na B3.

10.1.1 As Cotas serão inicialmente emitidas em 2 (duas) Subclasses: a Subclasse Sênior e a Subclasse Subordinada, sem prejuízo da criação de novas Subclasses nos termos deste Anexo.

10.1.2 A responsabilidade dos Cotistas será limitada ao valor das Cotas por eles subscritas. Desse modo, os Cotistas somente serão obrigados a integralizar as Cotas que efetivamente subscreverem, observadas as condições estabelecidas neste Anexo e no respectivo boletim de subscrição. Caso não haja saldo de Cotas subscritas e não integralizadas ou compromisso de subscrição e integralização de novas Cotas assumido contratualmente, de forma expressa e por escrito, pelos Cotistas, os Cotistas não serão obrigados a realizar novos aportes de recursos na Classe, mesmo na hipótese de o Patrimônio Líquido ser negativo ou de a Classe não ter recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações, observadas as disposições da cláusula 9 da parte geral do Regulamento.

10.2 As Cotas da Subclasse Sênior, observado o disposto neste Anexo, conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, características e restrições:

- (a) prioridade no recebimento de amortizações e, em caso de liquidação da Classe, no resgate, em relação às Cotas da Subclasse Subordinada;
- (b) tratamento igualitário entre todos os Cotistas titulares de Cotas da Subclasse Sênior, sendo vedada qualquer subordinação entre eles;
- (c) apuração do valor unitário da Cota a cada Dia Útil, nos termos da cláusula 11 deste Anexo; e
- (d) direito de voto nas Assembleias de Cotistas, conforme a cláusula 9.4 da parte geral do Regulamento.

10.2.1 As características, vantagens e restrições específicas das Cotas da Subclasse Sênior serão estabelecidas no Apêndice.

10.3 As Cotas da Subclasse Subordinada, observado o disposto neste Anexo, conferirão aos seus titulares os seguintes direitos, características e restrições:

- (a) subordinação às Cotas da Subclasse Sênior para fins de recebimento de amortizações e, em caso de liquidação da Classe, de resgate;
- (b) tratamento igualitário entre todos os Cotistas titulares de Cotas da Subclasse Subordinada, sendo vedada qualquer subordinação entre eles;
- (c) apuração do valor unitário da Cota a cada Dia Útil, nos termos da cláusula 11 deste Anexo; e
- (d) direito de voto nas Assembleias de Cotistas, conforme a cláusula 9.4 da parte geral do Regulamento.

10.3.1 As características, vantagens e restrições específicas das Cotas serão estabelecidas no respectivo Apêndice ou no instrumento da respectiva emissão.

Índice de Subordinação

10.4 O Índice de Subordinação será considerado enquadrado sempre que for de, no mínimo, 5% (cinco por cento).

10.5 Na hipótese de desenquadramento do Índice de Subordinação, os Cotistas titulares das Cotas da Subclasse Subordinada serão prontamente comunicados pela Gestora.

10.5.1 Os Cotistas da Subclasse Subordinada deverão responder à comunicação da Gestora, até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando, por escrito, se desejam ou não integralizar novas Cotas da Subclasse Subordinada. Caso desejem integralizar novas Cotas, os Cotistas deverão se comprometer, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever Cotas da Subclasse Subordinada, em valor equivalente a, no mínimo, o necessário para reenquadramento do Índice de Subordinação, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do recebimento da comunicação da Gestora, integralizando-as em moeda corrente nacional. A partir da comunicação aos Cotistas titulares das Cotas da Subclasse Subordinada e até a recomposição do Índice de Subordinação, ficará suspensa a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 deste Anexo, especialmente no que se refere à aquisição de novas Cotas Investidas.

10.5.2 Caso os Cotistas não realizem o aporte adicional de recursos em valor suficiente para que o Índice de Subordinação seja reenquadrado, nos termos do item 10.5.1 acima, a Gestora deverá realizar a amortização de Cotas da Subclasse Sênior, proporcionalmente à participação detida por cada Cotista titular de Cotas da Subclasse Sênior, em montante suficiente para a recomposição do Índice de Subordinação ("Amortização Forçada para Reenquadramento"). A Amortização Forçada para Reenquadramento deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do encerramento do prazo previsto no item 10.5.1 acima ("Prazo Adicional para Recomposição do Índice de Subordinação"). Caso o Índice de Subordinação seja recomposto antes do término do Prazo Adicional para Recomposição do Índice de Subordinação, a Amortização Forçada para Reenquadramento será dispensada. Findo o Prazo Adicional para Recomposição do Índice de Subordinação sem que o Índice de Subordinação seja recomposto, a Administradora deverá adotar os procedimentos previstos na cláusula 16 deste Anexo.

Capital Autorizado

10.6 Após a primeira emissão, a Administradora e a Gestora, sem necessidade de aprovação prévia da Assembleia de Cotistas, por meio de ato conjunto, poderão aprovar, a seu exclusivo critério, **(a)** a emissão de novas Cotas da Subclasse Subordinada; e **(b)** a criação de novas Subclasses de Cotas, podendo o montante total das emissões perfazer até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sem considerar as Cotas efetivamente subscritas no âmbito da primeira emissão ("Capital Autorizado"), desde que a criação de tais novas Subclasses não prejudique os direitos e prerrogativas da Subclasse Sênior existente na data de constituição do Fundo, incluindo o Índice de Subordinação.

10.6.1 Até que o Capital Autorizado seja exaurido, o saldo de Cotas não subscritas no âmbito de qualquer emissão no âmbito do Capital Autorizado o recomporá para futuras emissões.

10.6.2 A criação de novas Subclasses no âmbito do Capital Autorizado dependerá do atendimento cumulativo das seguintes condições, na data da deliberação: **(a)** nenhum Evento de Avaliação, Evento de Liquidação ou Evento de Verificação do Patrimônio Líquido ter ocorrido e estar em curso; e **(b)** a nova emissão não implicar, considerada pro forma, o desenquadramento da Alocação Mínima ou do Índice de Subordinação.

Emissão das Cotas

10.7 Após a primeira emissão, as Cotas poderão ser distribuídas por meio de oferta pública de distribuição ou colocação privada.

10.8 Sem prejuízo do disposto nos itens acima, os Cotistas poderão, a qualquer tempo, deliberar, por meio de Assembleia de Cotistas convocada para esse fim, sobre **(i)** novas emissões de Cotas da Subclasse Sênior e da Subclasse Subordinada; e **(ii)** a criação de novas Subclasses em montante que exceda o Capital Autorizado, bem como sobre seus respectivos termos e condições, incluindo, sem limitação, a possibilidade de subscrição parcial e o cancelamento de saldo não colocado após o encerramento do prazo de distribuição.

10.9 A emissão de Cotas da Subclasse Subordinada também poderá ocorrer, a critério da Gestora e independentemente do Capital Autorizado previsto no item 10.6, para fins **(a)** do enquadramento inicial do Índice de Subordinação; ou **(b)** do reenquadramento do Índice de Subordinação.

10.10 As Cotas de uma determinada Subclasse serão sempre emitidas **(a)** na 1ª (primeira) emissão, pelo seu valor unitário de emissão; e **(b)** a partir da 2ª (segunda) emissão (inclusive), pelo valor atualizado da Cota da respectiva Subclasse desde a Data da 1ª Integralização até a data da nova emissão, na forma da cláusula 11 deste Anexo.

10.11 Em qualquer hipótese de emissão de Cotas, os Cotistas poderão ter direito de preferência na sua subscrição, conforme definido **(a)** pela Assembleia de Cotistas; ou **(b)** pela Administradora e Gestora, nas emissões realizadas no âmbito do Capital Autorizado.

10.12 O direito de preferência na subscrição de novas Cotas da subclasse objeto da emissão será assegurado somente aos Cotistas da respectiva subclasse.

Conversão de Cotas Seniores

10.13 A Cotas Seniores contarão, observado o disposto neste Anexo, com até 4 (quatro) janelas de liquidez trimestrais, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Início do Fundo para as Cotas Seniores, cabendo à Gestora adotar, em conjunto com a Administradora, conforme aplicável, os atos necessários para assegurar a disponibilização das referidas janelas, observado, em cada Data de Convocação para Manifestação de Conversão (conforme definido abaixo), o limite de 50% (cinquenta por cento) do volume total de Cotas Seniores inscritas e integralizadas na Classe na respectiva data, mediante a conversão das respectivas Cotas Seniores em cotas seniores resgatáveis ("Cotas Seniores Resgatáveis").

10.13.1 A Administradora, conforme orientação da Gestora, deverá informar os Cotistas Seniores sobre a abertura de cada janela de conversão por meio da divulgação de fato relevante **(i)** até o 5º (quinto) Dia Útil do 25º (vigésimo quinto) mês contado da Data de Início do Fundo (para a 1ª (primeira) oportunidade); **(ii)** até o 5º (quinto) Dia Útil do 28º (vigésimo oitavo) mês contado da Data de Início do Fundo (para a 2ª (segunda) oportunidade); **(iii)** até o 5º (quinto) Dia Útil do 31º (trigésimo primeiro) mês contado da Data de Início do Fundo (para a 3ª (terceira) oportunidade); e **(iv)** até o 5º (quinto) Dia Útil do 34º (trigésimo quarto) mês contado da Data de Início do Fundo (para a 4ª (quarta) oportunidade), facultando-lhes manifestar seu interesse na conversão das respectivas Cotas Seniores em Cotas Seniores Resgatáveis, nos termos, condições e prazos previstos no respectivo fato relevante (a data de divulgação do fato relevante relativo a cada janela de liquidez será considerada uma "Data de Convocação para Manifestação de Conversão").

10.13.2 Em cada Data de Convocação para Manifestação de Conversão, a Administradora, conforme orientação da Gestora, deverá disponibilizar fato relevante aos Cotistas, por meio do qual, no mínimo, informará a possibilidade de conversão no âmbito da respectiva janela de liquidez, indicará o volume máximo total de Cotas Seniores que poderá ser convertido no âmbito da respectiva janela de liquidez ("Percentual Global de Conversão"), observado o limite previsto no item 10.13, descreverá os procedimentos operacionais aplicáveis aos Cotistas e solicitará que os Cotistas Seniores manifestem, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contado da divulgação do fato relevante, se desejam converter suas respectivas Cotas Seniores em Cotas Seniores Resgatáveis, junto ao seu respectivo agente de custódia ou distribuidor por conta e ordem, conforme aplicável ("Manifestação de Conversão").

10.13.3 O valor das Cotas Seniores Resgatáveis será correspondente ao valor da respectiva Cota Sênior Resgatável, calculado exclusivamente nos termos e condições previstos no respectivo Apêndice, não sendo aplicável às Cotas

Seniores Resgatáveis a remuneração originária das Cotas Seniores ("Valor de Conversão") e deverá ser pago no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do encerramento do prazo para Manifestação da Conversão.

10.13.4 Na Manifestação de Conversão, cada Cotista Sênior deverá declarar sua intenção de converter Cotas Seniores de sua titularidade em Cotas Seniores Resgatáveis, indicando a quantidade de Cotas Seniores que será objeto de conversão, sem prejuízo de eventual atendimento parcial decorrente do Rateio (conforme definido abaixo).

10.13.5 Caso o total de Cotas Seniores objeto de Manifestações de Conversão seja inferior ou igual ao Percentual Global de Conversão, todas as Manifestações de Conversão serão integralmente atendidas. Caso o total de Cotas Seniores objeto de Manifestações de Conversão exceda o Percentual Global de Conversão, a conversão será realizada mediante rateio igualitário entre os Cotistas Seniores que tenham apresentado Manifestação de Conversão, por meio de alocação sucessiva, atribuindo-se a cada Cotista Sênior, em cada rodada, quantidade idêntica de Cotas Seniores objeto de Manifestação de Conversão, até que seja atingida a quantidade total indicada na respectiva Manifestação de Conversão ou o Percentual Global de Conversão ("Rateio").

10.13.6 O procedimento de Rateio será coordenado pela Administradora, pela Gestora e pelo Escriturador até a Data de Conversão, exclusivamente com base nas Manifestações de Conversão e dispensada qualquer manifestação adicional pelos Cotistas Seniores para fins do Rateio. A Administradora deverá obter junto à B3, conforme aplicável, e encaminhar à Gestora todas as informações necessárias para que o Rateio seja devidamente operacionalizado.

10.13.7 A conversão das Cotas Seniores em Cotas Seniores Resgatáveis será realizada independentemente de deliberação, aprovação ou ratificação em Assembleia de Cotistas, mediante opção individual dos Cotistas Seniores que, nos termos deste Anexo, manifestarem interesse na conversão das respectivas Cotas Seniores, observado o disposto neste Anexo e no respectivo fato relevante aplicável. Por se tratar de conversão destinada a viabilizar a janela de liquidez, tal conversão não será considerada para fins de apuração do Capital Autorizado, não caracterizará nova emissão ou distribuição de cotas e não estará sujeita ao exercício de direito de preferência, prioridade ou direito similar pelos demais Cotistas.

10.13.8 As Cotas Seniores que não sejam convertidas em Cotas Seniores Resgatáveis em determinada Data de Conversão, inclusive em razão de não atendimento integral da respectiva Manifestação de Conversão em decorrência do Rateio, poderão ser objeto de nova Manifestação de Conversão em janelas de liquidez futuras, a critério do respectivo Cotista Sênior, observado o disposto neste Anexo e no respectivo fato relevante aplicável.

10.13.9 Caso o Cotista Sênior não envie sua Manifestação de Conversão ou opte por não converter suas Cotas Seniores em determinado período de manifestação, tal decisão não será interpretada como renúncia ao direito do respectivo Cotista Sênior de apresentar Manifestação de Conversão em períodos futuros, observado o disposto neste Anexo e no respectivo fato relevante aplicável.

10.13.10 Será considerada como data de conversão a data em que forem concluídos, pela Administradora, todos os procedimentos operacionais aplicáveis à conversão das Cotas Seniores em Cotas Seniores Resgatáveis, após o término do prazo para envio das Manifestações de Conversão ("Data de Conversão"). A Administradora empregará melhores esforços para que a Data de Conversão ocorra em até 15 (quinze) Dias Úteis após o término do prazo para envio das Manifestações de Conversão e para que o pagamento das Cotas Seniores Resgatáveis ocorra em até 30 (trinta) dias corridos contados da data do encerramento do prazo para Manifestação da Conversão. Tempestivamente, antes de cada Data de Conversão, a Administradora e a Gestora deverão formalizar, por meio de ato conjunto, a quantidade de Cotas Seniores convertidas em Cotas Seniores Resgatáveis, bem como o cronograma de amortização aplicável.

10.13.11 Caso, por qualquer motivo, a Data de Conversão e o pagamento das Cotas Seniores Resgatáveis relativos a determinada janela de liquidez não sejam concluídos antes do início da janela de liquidez subsequente, poderá ser necessária, para fins operacionais, a constituição de nova subclasse de cotas seniores resgatáveis ("Subclasse Sênior Resgatável Adicional" e, em conjunto, "Subclasses Seniores Resgatáveis Adicionais"), independentemente de deliberação, aprovação ou ratificação em Assembleia de Cotistas, cujas cotas seguirão os mesmos procedimentos previstos neste Anexo para as Cotas Seniores Resgatáveis. Cada Subclasse Sênior Resgatável Adicional será subordinada, para fins de recebimento de rendimentos, amortização e resgate, às subclasses originadas de conversões anteriormente realizadas, conforme critério cronológico de anterioridade, de modo que as subclasses constituídas posteriormente

serão subordinadas às subclasses anteriormente constituídas. As demais características de cada Subclasse Sênior Resgatável Adicional serão idênticas às características das Cotas da Subclasse Sênior Resgatável, conforme descritas no respectivo Apêndice, aplicando-se às Cotas Seniores Resgatáveis Adicionais todas as disposições deste Anexo aplicáveis às Cotas Seniores Resgatáveis.

10.13.12 Caso ocorra algum evento extraordinário de natureza política, econômica ou financeira ("Evento Extraordinário"), a Gestora deverá comunicar tal fato, tão logo possível, à Administradora, para que esta, conforme orientação da Gestora, disponibilize fato relevante informando, no mínimo, o Evento Extraordinário, com a respectiva justificativa da Gestora, e a suspensão do processo de conversão ou a postergação do cronograma de amortização das Cotas Seniores Resgatáveis, ou ambos ("Fato Relevante de Evento Extraordinário").

10.13.13 O Fato Relevante de Evento Extraordinário deverá ser divulgado até a Data de Conversão, inclusive, ou antes da amortização das Cotas Seniores Resgatáveis prevista no cronograma de amortização.

10.13.14 A suspensão do processo de conversão ou a postergação do cronograma de amortização, ou ambos, em razão da ocorrência de um Evento Extraordinário, deverá observar os procedimentos previstos neste item, dependerá de justificativa da Gestora no respectivo Fato Relevante de Evento Extraordinário e somente poderá ocorrer até 2 (duas) vezes consecutivas ("Limite de Evento Extraordinário").

10.13.15 A divulgação de Fato Relevante de Evento Extraordinário será computada 1 (uma) única vez para fins do Limite de Evento Extraordinário, ainda que o referido fato relevante determine, cumulativamente, a suspensão do processo de conversão e a postergação ou alteração do cronograma de amortização.

10.13.16 Caso seja retomada a amortização das Cotas Seniores Resgatáveis, inclusive mediante restabelecimento do cronograma de amortização, ainda que com ajustes, a contagem do Limite de Evento Extraordinário será automaticamente reiniciada, iniciando-se nova contagem de eventos consecutivos a partir de eventual Fato Relevante de Evento Extraordinário subsequente.

10.13.17 Caso seja atingido o Limite de Evento Extraordinário e ocorra novo Evento Extraordinário, conforme justificativa apresentada pela Gestora, deverá ser convocada Assembleia de Cotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo ou sobre a manutenção, alteração ou suspensão do mecanismo de janelas de liquidez previsto neste item, observados os procedimentos previstos neste Regulamento.

10.13.18 A Subclasse Sênior Resgatável somente existirá caso seja efetivada a conversão de Cotas Seniores nos termos deste item. Caso venha a ser constituída a Subclasse Sênior Resgatável elas serão, conforme aplicável:

- (a) amortizadas antes das Cotas da Subclasse Sênior, observado o disposto no respectivo Apêndice;10.13
- (b) amortizadas antes das Cotas da Subclasse Subordinada;
- (c) consideradas na ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 deste Anexo, observada a hierarquia de subordinação prevista neste item; e
- (d) terão as demais características, direitos e obrigações estabelecidos no respectivo Apêndice, a ser elaborado pela Administradora e pela Gestora.14

Distribuição das Cotas

10.14 As Cotas serão distribuídas por meio de distribuição pública ou de colocação privada. As Cotas ofertadas publicamente poderão ser depositadas para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3.

10.15 Na distribuição pública das Cotas de uma determinada Subclasse, será admitida a colocação parcial das Cotas. Na hipótese deste item, as Cotas que não forem colocadas no período de distribuição da respectiva oferta serão canceladas automaticamente.

10.16 Os recursos recebidos pela Classe em decorrência da integralização das Cotas deverão ser mantidos em moeda corrente nacional ou aplicados nos Ativos Financeiros de Liquidez, até o encerramento da respectiva oferta ou a distribuição da quantidade mínima de Cotas, no caso de colocação parcial. Uma vez encerrada a respectiva oferta ou distribuída a quantidade mínima de Cotas, no caso de colocação parcial, os recursos decorrentes da integralização das Cotas poderão ser investidos conforme previsto no presente Anexo.

Subscrição e integralização das Cotas

10.17 Por ocasião da subscrição das Cotas, cada Cotista deverá assinar o termo de ciência de risco e de adesão ao Regulamento, declarando, além do disposto no artigo 29 da parte geral da Resolução CVM 175, a sua condição de Investidor Autorizado.

10.18 As Cotas, observado o disposto no ato que aprovou a respectiva emissão, serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

10.18.1 As Cotas deverão ser integralizadas, em moeda corrente nacional, por meio **(a)** da B3, caso as Cotas estejam depositadas na B3; ou **(b)** de transferência eletrônica disponível (TED) ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, na conta de titularidade do Fundo. Sem prejuízo do disposto acima, as Cotas da Subclasse Subordinada poderão ser integralizadas mediante a entrega de Cotas Investidas.

10.18.2 As Cotas serão integralizadas **(a)** na respectiva Data da 1ª Integralização, pelo seu valor unitário de emissão; e **(b)** a partir do Dia Útil seguinte à respectiva Data da 1ª Integralização, pelo valor atualizado da Cota da respectiva Subclasse desde a Data da 1ª Integralização até a data da efetiva integralização, na forma da cláusula 11 deste Anexo.

10.19 Em cada data de integralização das Cotas da Subclasse Sênior, considerada *pro forma* a integralização a ser realizada, o Índice de Subordinação deverá estar enquadrado.

10.20 Não há valores mínimos ou máximos de aplicação ou de manutenção para permanência dos Cotistas na Classe.

Negociação das Cotas

10.21 As Cotas estarão sujeitas a eventuais restrições de negociação estabelecidas na regulamentação aplicável, incluindo, sem limitação, a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022.

10.22 Os Cotistas serão os únicos responsáveis pelo pagamento dos custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou da transferência das suas Cotas.

10.23 As Cotas deverão ser depositadas para negociação em mercado de balcão organizado.

10.23.1 Caberá exclusivamente ao eventual intermediário verificar se os adquirentes das Cotas são Investidores Autorizados, bem como o atendimento às demais formalidades previstas no Regulamento e na regulamentação aplicável.

11. VALORIZAÇÃO DAS COTAS

11.1 As Cotas, independentemente da Subclasse, serão valorizadas todo Dia Útil para fins de determinação do seu valor de integralização, amortização e resgate, a partir do Dia Útil seguinte à Data da 1ª Integralização da respectiva Subclasse.

11.2 O valor unitário das Cotas da Subclasse Sênior, na abertura de cada Dia Útil, corresponderá ao menor dos seguintes valores:

- (a) o valor unitário da Cota no Dia Útil imediatamente anterior, atualizado pela Rentabilidade-Alvo, calculada *pro rata temporis*, base 252 Dias Úteis, sob regime de capitalização composta; ou
- (b) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas da Subclasse Sênior em circulação.

11.3 O valor unitário das Cotas da Subclasse Subordinada, em cada Dia Útil, corresponderá ao maior dos seguintes valores:

- (a) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido, após a dedução do valor agregado das Cotas da Subclasse Sênior em circulação apuradas nos termos do item 11.2, pelo número de Cotas da Subclasse Subordinada em circulação; ou
- (b) zero.

11.4 O procedimento de valorização estabelecido nesta cláusula não constitui promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade, estabelecendo meramente preferência na valorização da Subclasse Sênior em relação à Subclasse Subordinada. Os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da Classe e o Patrimônio Líquido assim permitirem.

11.5 As Cotas Seniores Resgatáveis terão seu valor unitário calculado nos termos e condições estabelecidos no respectivo Apêndice.

12. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

12.1 Observada a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 do presente Anexo, as Cotas da Subclasse Sênior deverão ser amortizadas extraordinariamente, de forma compulsória, caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima. A amortização extraordinária de que trata este item 12.1 alcançará, de forma proporcional, as Cotas da Subclasse Sênior.

12.1.1 A amortização extraordinária das Cotas da Subclasse Sênior será realizada na data de pagamento imediatamente subsequente ao desenquadramento da Alocação Mínima, devendo ser comunicada aos Cotistas com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência.

12.2 As Cotas da Subclasse Subordinada poderão ser amortizadas durante o prazo de duração da Classe ou resgatadas em caso de liquidação da Classe somente após o resgate integral das Cotas da Subclasse Sênior, ressalvado o disposto no item 12.2.1 abaixo.

12.2.1 Observada a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 deste Anexo, as Cotas da Subclasse Subordinada poderão ser amortizadas, conforme a solicitação, por escrito, dos Cotistas titulares das Cotas da Subclasse Subordinada, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação, Evento de Liquidação ou Evento de Verificação do Patrimônio Líquido tenha ocorrido e esteja em curso; e
- (b) considerada *pro forma* a amortização das Cotas da Subclasse Subordinada, o Índice de Subordinação e a Reserva de Encargos não sejam desenquadrados.

12.2.2 A amortização das Cotas da Subclasse Subordinada, nos termos do item 12.2.1 acima, será realizada na data de pagamento imediatamente subsequente à solicitação dos Cotistas titulares das Cotas da Subclasse Subordinada. A amortização das Cotas da Subclasse Subordinada alcançará, de forma proporcional, todas as Cotas da Subclasse Subordinada em circulação.

12.2.3 As Cotas deverão ser amortizadas ou em caso de liquidação da Classe, resgatadas, em moeda corrente nacional, por meio **(a)** da B3, caso as Cotas estejam depositadas na B3; ou **(b)** de transferência eletrônica disponível (TED) ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

12.3 Os pagamentos de amortizações ou de resgate das Cotas serão efetuados, em moeda corrente nacional, pelo valor de fechamento da Cota no dia anterior à data de amortização, e será realizado mediante depósito em conta corrente de titularidade dos Cotistas realizado por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN, ou por meio da B3, conforme procedimentos operacionais aprovados pela Administradora.

12.4 Será admitida a amortização de Cotas mediante a entrega de Cotas Investidas e/ou Ativos Financeiros de Liquidez ao Cotista como pagamento, observado que o resgate de Cotas somente poderá ocorrer dessa forma nas seguintes hipóteses: **(i)** caso os Cotistas, reunidos em Assembleia de Cotistas, deliberem pela liquidação da Classe, nos termos do art. 126 da Resolução CVM 175, com divisão do patrimônio líquido mediante a entrega de Cotas Investidas e/ou Ativos Financeiros de Liquidez; ou **(ii)** caso os Cotistas, reunidos em Assembleia de Cotistas, deliberem pela não liquidação da Classe em função de ocorrência de hipótese prevista neste Regulamento, mas os Cotistas dissidentes em relação a tal deliberação solicitem a amortização das Cotas de suas titularidades mediante a entrega de Cotas Investidas e/ou Ativos Financeiros de Liquidez, nos termos do art. 55 do Anexo Normativo II da Resolução CVM 175.

12.5 O procedimento de amortização e resgate das Cotas estabelecido nesta cláusula 12 não constitui promessa de pagamento, estabelecendo meramente uma preferência na amortização e, em caso de liquidação da Classe, no resgate das diferentes Subclasses de Cotas. Portanto, as Cotas somente serão amortizadas ou resgatadas, se os resultados da Classe e o valor do Patrimônio Líquido assim permitirem.

13. RESERVA DE ENCARGOS

13.1 Observada a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 do presente Anexo, a Gestora poderá, caso entenda necessário, estabelecer uma Reserva de Encargos equivalente à estimativa do valor necessário para o pagamento dos encargos do Fundo e da Classe, referente aos 6 (seis) meses subsequentes.

13.2 Os procedimentos descritos nesta cláusula 13 não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora ou da Gestora, de que haverá recursos suficientes para a constituição ou a recomposição da Reserva de Encargos, representando apenas um objetivo a ser perseguido.

13.3 Os recursos da Reserva de Encargos serão mantidos em Disponibilidades.

14. ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

14.1 A partir da Data de Início do Fundo e até a liquidação da Classe, observado o disposto neste Anexo, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do pagamento dos ativos integrantes da carteira da Classe serão alocados na seguinte ordem de modo que cada item abaixo listado apenas será contemplado após o direcionamento do montante total necessário para a satisfação dos itens anteriores:

- (a) pagamento dos encargos do Fundo e da Classe, devidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável;
- (b) constituição ou recomposição, se houver, de Reserva de Encargos;
- (c) aquisição de novas Cotas Investidas;
- (d) aquisição de Ativos Financeiros de Liquidez;

- (e) conforme aplicável, pagamento de amortização das Cotas Seniores Resgatáveis, observado o cronograma de amortização do respectivo Apêndice;
- (f) pagamento de amortização de principal e juros das Cotas da Subclasse Sênior existente na data de constituição do Fundo, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Início do Fundo, observado o disposto no respectivo Apêndice;
- (g) conforme aplicável, pagamento de amortização de principal e juros das Cotas de novas Subclasses eventualmente criadas nos termos da cláusula 10.6 deste Anexo, observados os termos e condições estabelecidos no respectivo Apêndice; e
- (h) pagamento de amortização das Cotas da Subclasse Subordinada existente na data de constituição do Fundo, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Início do Fundo, após o resgate das Cotas da Subclasse Sênior existente na data de constituição do Fundo ou desde que observado o Índice de Subordinação, nos termos da cláusula 12.2.1, a exclusivo critério da Gestora.

15. EVENTOS DE VERIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 A Administradora deverá imediatamente verificar se o Patrimônio Líquido está negativo, na ocorrência de qualquer dos seguintes Eventos de Verificação do Patrimônio Líquido: **(a)** pedido de declaração judicial de insolvência da Classe; ou **(b)** condenação da Classe de natureza judicial e/ou arbitral e/ou administrativa e/ou outras similares ao pagamento de valor relevante de seu Patrimônio Líquido.

15.1.1 Caso a Administradora verifique que o Patrimônio Líquido está negativo, deverão ser adotadas as medidas previstas no CAPÍTULO XIII da parte geral da Resolução CVM 175.

16. LIQUIDAÇÃO, EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

16.1 A Classe poderá ser liquidada por deliberação da Assembleia de Cotistas.

16.2 Não obstante o prazo de duração indeterminado do Fundo e da Classe (observado o disposto nos apêndices das Subclasses), a Classe poderá ser liquidada antecipadamente, a critério da Gestora, observados os procedimentos previstos neste Capítulo, caso, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Início do Fundo, tenham sido:

- (a) integralmente realizados os pagamentos e ou distribuições decorrentes dos ativos integrantes da carteira da Classe; ou
- (b) os ativos da carteira da Classe integralmente liquidados ou convertidos em disponibilidades suficientes para a amortização e o resgate da totalidade das Cotas, observadas, em qualquer hipótese, a ordem de alocação de recursos e os procedimentos de liquidação previstos neste Anexo.

16.3 São considerados Eventos de Avaliação:

- (a) desenquadramento do Índice de Subordinação, sem que ocorra o seu reenquadramento nos termos do item 10.5 acima;
- (b) aquisição, pela Classe, de Cotas Investidas que estejam em desacordo com aos Critérios de Elegibilidade no momento de sua aquisição, verificada pela Administradora e pela Gestora e/ou por qualquer dos Cotistas, desde que, uma vez notificados para sanar ou justificar o descumprimento, a Gestora não o sane no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da referida notificação; e/ou
- (c) renúncia ou destituição com Justa Causa da Gestora, sem que tenham sido tomadas tempestivamente as providências previstas no Regulamento.

16.3.1 Caso o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia de Cotistas prevista no item 16.4.1, a Assembleia de Cotistas será cancelada pela Administradora.

16.3.2 Na hipótese do item 16.3.1 acima ou, então, caso a Assembleia de Cotistas delibere que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, sem prejuízo da adoção de medidas adicionais que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Cotistas, as medidas previstas nos itens 16.3(a) e (b) acima deverão ser cessadas.

16.4 São considerados Eventos de Liquidação:

- (a) impossibilidade de aquisição de Cotas Investidas que atendam à política de investimento da Classe;
- (b) caso seja deliberado na Assembleia de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (c) renúncia ou destituição da Administradora ou da Gestora sem que a Assembleia de Cotistas eficazmente nomeie instituição habilitada para substituí-la, nos termos estabelecidos no Regulamento;
- (d) por determinação da CVM, em caso de violação de normas legais ou regulamentares; e/ou
- (e) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia de Cotistas especialmente convocada para tal fim.

16.4.1 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Gestora deverá comunicar formalmente e imediatamente a Administradora, que **(a)** suspenderá a subscrição de novas Cotas e o pagamento da amortização e do resgate das Cotas; **(b)** comunicará tal fato à Gestora, que deverá interromper a aquisição de novas Cotas Investidas; e **(c)** convocará a Assembleia de Cotistas para deliberar sobre o início dos procedimentos de liquidação da Classe ou o plano de liquidação elaborado pelos Prestadores de Serviços Essenciais, nos termos do artigo 126 da parte geral da Resolução CVM 175, incluindo o tratamento a ser conferido aos Cotistas que não puderam ser contatados.

16.4.2 Não sendo instalada a Assembleia de Cotistas referida no item 16.4.1(c) acima, em segunda convocação, por falta de quórum, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação da Classe, de acordo com o disposto nesta cláusula 16.

16.4.3 Caso a Assembleia de Cotistas prevista no item 16.4.1(c) acima aprove a interrupção dos procedimentos de liquidação da Classe, sem prejuízo da adoção de medidas adicionais que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Cotistas, as medidas previstas nos itens 16.4.1(a) e (b) acima deverão ser cessadas. Adicionalmente, os Cotistas dissidentes titulares de Cotas da Subclasse Sênior terão a faculdade de solicitar o resgate das suas Cotas pelo seu respectivo valor atualizado, observado o que for definido na Assembleia de Cotistas. Ainda, os Cotistas dissidentes titulares de Cotas da Subclasse Subordinada terão a faculdade de solicitar a amortização ou o resgate das suas Cotas, desde que o Índice de Subordinação não seja comprometido.

16.4.4 A interrupção dos procedimentos de liquidação da Classe previsto no item 16.4.3, não permite a amortização Cotas da Subclasse Subordinada nos termos do respectivo Apêndice, salvo se expressamente aprovada na Assembleia de Cotistas prevista no item 16.4.1(c).

16.5 No âmbito da liquidação da Classe, respeitado o disposto na Resolução CVM 175, a Administradora **(a)** fornecerá as informações relevantes sobre a liquidação da Classe a todos os Cotistas, de maneira simultânea e assim que tiver conhecimento, atualizando-as sempre que necessário; e **(b)** verificará se a precificação e a liquidez da carteira da Classe asseguram um tratamento isonômico na distribuição dos resultados aos Cotistas.

16.6 Respeitado o que dispuser o plano de liquidação da Classe aprovado na Assembleia de Cotistas de que trata o item 16.4.1(c) acima, as Cotas deverão ser resgatadas, em moeda corrente nacional, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Gestora não adquirirá Cotas Investidas e deverá resgatar ou alienar as Cotas Investidas e os Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe, adotando as medidas prudenciais necessárias para que o resgate ou a alienação das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez não afete a sua rentabilidade esperada; e

- (b) após o pagamento ou o provisionamento dos encargos do Fundo e da Classe, todas as Disponibilidades e os recursos decorrentes do pagamento dos ativos integrantes da carteira da Classe deverão ser destinados para o pagamento do resgate das Cotas em circulação, respeitada a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 do presente Anexo.

16.7 Caso, em até 180 (cento e oitenta) dias contados do início dos procedimentos de liquidação da Classe, a totalidade das Cotas não tenha sido resgatada, as Cotas em circulação poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe.

16.7.1 A Administradora deverá convocar a Assembleia de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez integrantes da carteira da Classe.

16.7.2 Na hipótese de a Assembleia de Cotistas referida no item 16.7.1 acima não ser realizada, em primeira ou segunda convocação, ou não chegar a um acordo quanto aos procedimentos de dação em pagamento das Cotas Investidas e dos Ativos Financeiros de Liquidez para fins do resgate das Cotas, as Cotas Investidas e os Ativos Financeiros de Liquidez serão dados em pagamento aos Cotistas até o limite do valor das respectivas Cotas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Cotista será calculada em função do valor total das suas Cotas, observadas cada Subclasse e suas séries, tendo-se como referência para definição do valor das Cotas a data em que for realizada a dação em pagamento.

16.7.3 A Administradora deverá notificar os Cotistas **(a)** para que elejam um administrador para cada um dos condomínios de Cotas Investidas e de Ativos Financeiros de Liquidez de trata o item 16.7.2, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e **(b)** informando a proporção de Cotas Investidas e de Ativos Financeiros de Liquidez a que cada Cotista terá direito, sem que isso represente qualquer responsabilidade da Administradora perante os Cotistas. Caso os Cotistas não procedam à eleição de um administrador para o condomínio, essa função será exercida pelo Cotista que detiver a maior parte do patrimônio líquido do Fundo.

16.7.4 Observados os procedimentos previstos neste item 16.7, a Administradora, a Gestora e o Custodiante estarão desobrigadas em relação às suas responsabilidades estabelecidas neste Regulamento e no Acordo Operacional ou no contrato de custódia, ficando a Administradora autorizada a cancelar o registro de funcionamento do Fundo na CVM.

17. COMUNICAÇÕES AOS COTISTAS

17.1 A divulgação de informações sobre a Classe deverá ser abrangente, equitativa e simultânea para todos os Cotistas.

17.1.1 As informações exigidas pela Resolução CVM 175 deverão ser passíveis de acesso por meio eletrônico pelos Cotistas. As obrigações de "encaminhamento", "comunicação", "acesso", "envio", "divulgação" ou "disponibilização" na Resolução CVM 175 serão consideradas cumpridas na data em que as informações se tornarem acessíveis aos Cotistas.

17.1.2 Nas hipóteses em que a Resolução CVM 175 exigir "atestado", "ciência", "manifestação" ou "concordância" dos Cotistas, **(a)** as manifestações dos Cotistas serão armazenadas pela Administradora; e **(b)** as manifestações serão realizadas através do sistema de informação, que são os sistemas informatizados que automatizam processos podendo coletar, armazenar e/ou processar informações, tais como, porém não limitados, a sistema operacional, rede, base de dados, aplicações de mercado ou aplicações desenvolvidas pelo Administrador.

17.1.3 Não haverá o envio de correspondências físicas aos Cotistas.

17.1.4 Caso qualquer Cotista deixe de comunicar a atualização de seu endereço eletrônico à Administradora, a Administradora ficará exonerada do dever de enviar as informações previstas na Resolução CVM 175 ou no Regulamento, a partir da primeira correspondência que for devolvida por incorreção no endereço informado.

APÊNDICE DA
SUBCLASSE SÊNIOR DA CLASSE ÚNICA DE COTAS DO
CAPITÂNIA YIELD SÊNIOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

Este Apêndice é parte integrante do Regulamento do Capitânia Yield Sênior Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada.

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos na cláusula 1 da parte geral do Regulamento, aplicáveis tanto no singular quanto no plural.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 **Denominação:** Subclasse Sênior.

1.2 **Público-Alvo:** Investidores Autorizados.

1.3 **Rentabilidade-Alvo:** A rentabilidade-alvo das Cotas da Subclasse Sênior será de 100% (cem por cento) da taxa DI, a qual significa as taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

1.4 **Prazo de Duração:** A Subclasse Sênior terá prazo de duração de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Data de Início do Fundo, observado o disposto neste Apêndice.

2. FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

2.1 As Cotas da Subclasse Sênior serão integralizadas conforme disposto na cláusula 10 do Anexo.

3. VALORIZAÇÃO DAS COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR

3.1 A valorização das Cotas da Subclasse Sênior observará integralmente o disposto na cláusula 11 do Anexo.

4. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR

4.1 As Cotas da Subclasse Sênior serão amortizadas em parcelas mensais, a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Início do Fundo, até o término do prazo de duração da Subclasse Sênior ou até que as Cotas da Subclasse Sênior tenham sido integralmente amortizadas, o que ocorrer primeiro.

4.1.1 O cronograma de amortização das Cotas da Subclasse Sênior observará o disposto abaixo:

Mês	Percentual de Amortização	Mês	Percentual de Amortização
37	1/12	43	7/12
38	2/12	44	8/12
39	3/12	45	9/12
40	4/12	46	10/12
41	5/12	47	11/12
42	6/12	48	12/12

4.2 Não obstante o disposto no item acima, a Gestora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização integral das Cotas da Subclasse Sênior de uma única vez, a qualquer tempo a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da Data de Início do Fundo.

4.3 Nos termos do Anexo, as Cotas da Subclasse Sênior poderão ser amortizadas extraordinariamente caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima.

4.4 As amortizações das Cotas da Subclasse Sênior serão realizadas pelo seu valor unitário atualizado na respectiva data de amortização, conforme calculado nos termos desta cláusula e da cláusula 11 do Anexo, observada a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 do Anexo.

4.5 As amortizações das Cotas da Subclasse Sênior terão prioridade sobre as amortizações das Cotas da Subclasse Subordinada.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Aplicam-se às Cotas da Subclasse Sênior todas as demais disposições do Regulamento e do Anexo, exceto se de outra forma disposto neste Apêndice.

APÊNDICE DA
SUBCLASSE SÊNIOR RESGATÁVEL DA CLASSE ÚNICA DE COTAS DO
CAPITÂNIA YIELD SÊNIOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

Este Apêndice é parte integrante do Regulamento do Capitânia Yield Sênior Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada.

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos na cláusula 1 da parte geral do Regulamento, aplicáveis tanto no singular quanto no plural.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 **Denominação:** Subclasse Sênior Resgatável.

1.2 **Público-Alvo:** Cotistas da Subclasse Sênior que optarem pela conversão de suas Cotas Seniores em Cotas Seniores Resgatáveis, nos termos da cláusula 10.13 do Anexo.

1.2.1 As Cotas Seniores Resgatáveis serão originadas exclusivamente como resultado da conversão de Cotas Seniores, nos termos da cláusula 10.13 do Anexo, não sendo admitida a subscrição primária de Cotas Seniores Resgatáveis.

1.3 **Rentabilidade:** A rentabilidade-alvo das Cotas da Subclasse Sênior Resgatável será de 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Rendimentos Prioritários das Cotas da Subclasse Sênior Resgatável"), sendo que, em caso de pagamento de amortizações e distribuição de rendimentos, tais pagamentos serão deduzidos para fins de cálculo dos Rendimentos Prioritários das Cotas da Subclasse Sênior Resgatável, a partir da data do respectivo pagamento.

2. VALORIZAÇÃO DAS COTAS DA SUBCLASSE SÊNIOR RESGATÁVEL

2.1 O valor das Cotas Seniores Resgatáveis será correspondente ao valor da respectiva Cota Sênior Resgatável, calculado exclusivamente nos termos e condições previstos neste **Error! Reference source not found.** Apêndice, não sendo aplicável às Cotas Seniores Resgatáveis a remuneração originária das Cotas Seniores ("Valor de Conversão").

2.2 As Cotas Seniores Resgatáveis serão valorizadas todo Dia Útil, a partir da respectiva Data de Conversão, pelo seu valor unitário atualizado.

3. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS SENIORES RESGATÁVEIS

3.1 As Cotas Seniores Resgatáveis serão amortizadas integralmente na data indicada no respectivo fato relevante, observado o cronograma de amortização aplicável, nos termos do item 10.13.10 do Anexo.

3.2 Uma vez integralmente amortizadas, as Cotas Seniores Resgatáveis serão canceladas de forma automática pela Administradora, sem necessidade de aprovação prévia dos Cotistas reunidos em Assembleia de Cotistas.

4. NEGOCIAÇÃO DAS COTAS SENIORES RESGATÁVEIS

4.1 As Cotas Seniores Resgatáveis permanecerão bloqueadas para negociação no mercado secundário, desde a respectiva Data de Conversão até a efetiva amortização.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Aplicam-se às Cotas Seniores Resgatáveis todas as demais disposições do Regulamento e do Anexo, exceto se de outra forma disposto neste Apêndice.

APÊNDICE DA
SUBCLASSE SUBORDINADA DA CLASSE ÚNICA DE COTAS DO
CAPITÂNIA YIELD SÊNIOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA

Este Apêndice é parte integrante do Regulamento do Capitânia Yield Sênior Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada.

Os termos e expressões utilizados no presente Apêndice, quando iniciados com letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos na cláusula 1 da parte geral do Regulamento, aplicáveis tanto no singular quanto no plural.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 **Denominação:** Subclasse Subordinada.

1.2 **Público-Alvo:** Investidores Autorizados.

1.3 **Subordinação:** As Cotas da Subclasse Subordinada se subordinam às Cotas da Subclasse Sênior para efeitos de amortização e, em caso de liquidação da Classe, de resgate.

2. FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

2.1 As Cotas da Subclasse Subordinada serão integralizadas conforme disposto na cláusula 10 do Anexo.

3. AMORTIZAÇÃO DAS COTAS DA SUBCLASSE SUBORDINADA

3.1 Observado o disposto no Anexo, as Cotas da Subclasse Subordinada somente poderão ser amortizadas durante o prazo de duração da Classe ou resgatadas em caso de liquidação da Classe, após o resgate integral das Cotas da Subclasse Sênior.

3.2 Não obstante o disposto no item anterior, observada a ordem de alocação de recursos prevista na cláusula 14 do Anexo, as Cotas da Subclasse Subordinada poderão ser amortizadas mediante solicitação, por escrito, dos Cotistas titulares das Cotas da Subclasse Subordinada, desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação, Evento de Liquidação ou Evento de Verificação do Patrimônio Líquido tenha ocorrido e esteja em curso; e
- (b) considerada pro forma a amortização das Cotas da Subclasse Subordinada, o Índice de Subordinação e a Reserva de Encargos não sejam desenquadrados.

3.3 As amortizações das Cotas da Subclasse Subordinada serão realizadas pelo seu valor unitário atualizado na respectiva data de amortização, conforme calculado nos termos desta cláusula e da cláusula 11 do Anexo.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Aplicam-se às Cotas da Subclasse Subordinada todas as demais disposições do Regulamento e do Anexo, exceto se de outra forma disposto neste Apêndice.

4.2 As Cotas da Subclasse Subordinada não fazem jus a qualquer remuneração pré-determinada ou benchmark específico, sendo a sua valorização dependente do desempenho da carteira da Classe após o pagamento das Cotas da Subclasse Sênior.